Parte III

DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: A CRISE POLÍTICA E INSTITUCIONAL BRASILEIRA

Brasil, 2016: para onde vamos

Otávio Soares Dulci

A HISTÓRIA DO BRASIL E OS SUCESSIVOS GOLPES DE ESTADO

Eu estou diante da difícil tarefa de responder à pergunta que eu mesmo sugeri quando me convidaram para esta palestra: para onde vamos? Minha tarefa aqui é refletir sobre como se pode decifrar – de uma maneira ainda muito preliminar – o que está se passando neste ano de 2016. Tenho algumas ideias a respeito disso, mas reconheço que outras, bem diferentes, poderiam ser trazidas para este debate.

Vou tentar contribuir pensando que as questões aqui abordadas não podem considerar apenas o Brasil, mas devem enfrentar, de maneira mais ampla, a situação global. Não se pode refletir sobre os destinos do país sem considerar os destinos do mundo. A pergunta "para onde vamos?" se aplica aos dois âmbitos: nacional e global. De fato, cada vez mais o contexto internacional vem predominando em nossas preocupações. A premissa da qual parto é a seguinte: o que está se passando no Brasil não é restrito aos limites geográficos nacionais, mas faz parte de uma movimentação mais geral que adquire especificidades em cada lugar.

* Este texto foi produzido a partir da transcrição da palestra proferida pelo autor como parte da série "Diálogos: igreja e sociedade" – um projeto realizado pelo Nesp e pelo Centro Loyola, em 29 de novembro de 2016. A publicação original do presente texto constituiu o número 21 de **Contextus**, um boletim de análise de conjuntura criado pelo Nesp.

Ao refletir sobre os acontecimentos por que o Brasil passa nos últimos tempos, frequentemente tem circulado a palavra *golpe*. O uso desse termo é comum principalmente entre as numerosas pessoas que se consideram do lado perdedor no processo político que levou ao *impeachment* e a seus sucessivos desdobramentos.

Existe, de fato, o conceito de golpe de Estado na Ciência Política e na História. Quando se fala em golpe, pensa-se na derrubada de um governo pela força. Nesse sentido, a rigor, não houve no Brasil um golpe, já que tudo foi feito dentro da lei. Porém, também a outra forma de interpretação – a que supõe ter havido um golpe – pode ser validada quando se atribui a esse termo um sentido um pouco diverso.

Entre os golpes anteriormente ocorridos no Brasil, pelo menos dois outros tiveram sentido muito semelhante ao que se viu acontecer em 2016. Eu tinha seis anos quando o presidente Getúlio Vargas se suicidou. Eu me lembro bem desse dia. Morávamos no interior e eu estava brincando sozinho no quintal da minha casa que ficava numa área fabril. Às oito da manhã se transmitia o Repórter Esso. Naquele tempo não havia televisão; apenas o rádio. Houve um alarido pelo bairro, principalmente das pessoas mais pobres, como as empregadas domésticas. Lembro-me de haver pensado que alguma coisa muito séria devia ter acontecido. Eu não tinha maturidade ainda para compreender o caso e minha família era do lado oposto a Getúlio. Dentro de minha casa, todos ficaram estarrecidos, mas não choravam como os pobres do bairro. Apenas quando, mais tarde, comecei a pesquisar é que vim a compreender o sentido de tal acontecimento. Tratou-se de um golpe. Sabe-se que Getúlio Vargas foi pressionado durante a noite pelos militares para renunciar. Num gesto político, ele respondeu com o suicídio.

Com a palavra *golpe*, aqui, entendo o deslocamento de forças políticas de um lado para outro sem consulta popular. Deslocamentos de forças se fazem, geralmente, em eleições, quando partidos são substituídos. Isso acontece em todo lugar. Caracteriza-se um golpe quando há uma desconstrução de um governo legítimo com a finalidade de fazer uma guinada de orientação, sem que tal redirecionamento tenha sido aprovado pelo povo na eleição. Pode vir a ser aprovado, mas não no momento em que a mudança súbita está acontecendo.

Dez anos depois, em 1964, houve outro golpe. Desta vez, o fato é evidente e quanto a seu caráter golpista não paira dúvida alguma. No entanto, ele guarda um parentesco muito grande com o ocorrido em 1954. O presidente Getúlio Vargas abortou o golpe e seu sucessor e grande herdeiro político, o João Goulart, foi derrubado pelo golpe que não chegou a ser dado dez anos antes.

Ocorre, então, um deslocamento de forças, uma forçação, uma pressão. Vive-se sempre, em tais momentos, uma polarização. Parte da sociedade aspira por intervenção. São justamente os setores ou classes contrários ao governo que está sendo derrubado. Sob esse aspecto, muitas semelhanças podem ser apontadas entre o caso ocorrido em 1964 e o que agora se vê em 2016.

Por outro lado, o conceito que estou delineando aqui parece excluir da noção de golpe o *impeachment* de Fernando Collor de Mello. Neste caso específico, não se vê uma guinada ideológica. Collor foi eleito com um programa de abertura neoliberal que, em total coerência, ele chegou inclusive a realizar. Sua deposição não se deu em razão disso, mas sim por motivos políticos internos, de distribuição de forças e de órgãos no governo.

A corrupção apresentada como motivo para derrubar um presidente é quase um pretexto. É o elemento que a mídia utiliza como alimentador do fogo. Foi assim em 1954, em 1964, contra Collor e contra Dilma. No entanto, esse não foi o real motivo para o impedimento de Collor, do mesmo modo que esse evento não representou uma guinada ideológica. Tanto é que os governos seguintes continuaram com a mesma pauta implementada por Collor. Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso mantiveram a pauta similar de combate à inflação com um programa de liberalização. O Plano Real foi implantado durante o Governo Itamar.

O presidente Collor caiu por um autismo político total. Ele estava governando de uma maneira quase monárquica. O Trump tem um pouco disso... Ambos comungam um certo discurso, como se não devesse sua eleição a ninguém além de si mesmos. Collor e Trump são muito narcisistas. Julgando-se eleitos contra tudo e contra todos, pretendem-se legitimados para fazer, como bem quiserem, o seu governo. Aqui no Brasil, essa atitude de Collor produziu uma tremenda reação

da classe política. É claro que a oposição, capitaneada pelo PT, por Lula e Leonel Brizola, bateu duro no Collor, com quem haviam polarizado no fim. Contudo, a oposição não detinha votos entre os deputados suficientes para conquistar a deposição do presidente da República. O *impeachment* veio quando os deputados de centro se moveram para tirar o Collor. Nesse sentido, há algo parecido: quando a "turma do Eduardo Cunha" – ou quem quer que, à época, ocupa posição similar – se move para tirar, o presidente cai. Vou retomar esse argumento a seguir. Dadas as especificidades que considerei, este último ponto de similitude não parece suficiente para tratar o impedimento de Collor de Mello como um exemplar dentre os golpes presenciados na história recente do país.

Em vez disso, destaco outro elemento que caracteriza um golpe. Trata-se da tentativa de consertar o país por fora da política. Em 1964, esse papel era desempenhado pelos militares. Em 2016, o Poder Judiciário e os órgãos de controle é que vêm exercendo tal função. São instituições que não têm mandato para isso. Eles não foram eleitos e não são *corpus* político. O parlamento, sim. O Poder Legislativo é composto por voto popular e, portanto, tem legitimidade para operar mudanças. Ao contrário, órgãos de controle, assim como o Judiciário – ao arrogar-se o direito de consertar o país acima e por fora da política –, estão desempenhando o mesmo papel vivido pelos militares em 1964. Evidentemente, em ambos os casos, isso se faz com forte apoio da mídia, que lhes serve como uma parceira importante nessa pretensão de se consertar a política por fora da política. Isso liga os três processos (1954, 1964 e 2016) e os torna muito parecidos.

Tal fenômeno não é uma coisa que acontece só no Brasil. Desconstruções ou golpes aconteceram recentemente em outros países latinoamericanos. A síndrome foi muito semelhante em Honduras e no Paraguai. A Venezuela está chegando a um ponto parecido. Ali se instalou um forte impasse, mas ele deveria ser resolvido politicamente por voto popular. É possível que se veja em breve como esse impasse no país vizinho haverá de se encaminhar.

Parece que o Brasil viveu um golpe parlamentar. Alguém poderia alegar que a substituição de governo foi uma reformulação da distribuição de forças dentro do Congresso. De fato, no Congresso eleito em 2014,

existia a oposição ao governo reeleito da Presidenta Dilma. Era formada pelos partidos que apoiaram o senador Aécio Neves. Havia também os setores da esquerda, próximos à Presidenta Dilma assim como havia o centro, mais liderado pelo PMDB e que depois ficou sendo chamado de "centrão" e foi liderado pelo deputado Eduardo Cunha. Este último grupo passou para o lado da oposição. Isso é perfeitamente razoável e pode acontecer. A presidenta, no caso, ficaria governando durante seu mandato, apesar de ter minoria no Congresso.

Neste momento, assiste-se a uma situação semelhante nos Estados Unidos. O presidente Obama está terminando seu mandato em franca minoria. Nem por isso ele recebeu um golpe. Inclusive ele não conseguiu alcançar, no Parlamento, a necessária aprovação para uma boa parte de seus projetos. Conseguiu bem pouco, em razão da franca minoria que detém no Parlamento. A mesma coisa poderia ter acontecido ao Governo de Dilma. Entretanto, no caso brasileiro, houve um rearranjo partidário que se encaminhou para uma solução de força.

É importante dizer que um fato semelhante seria perfeitamente comum em um regime parlamentarista. Essa constatação também permite compreender peculiaridades de outros países. Na Europa, todos os regimes de governo são parlamentaristas. Isso que aconteceu no Brasil lá é muito comum. Havendo uma mudança de correlação de forças dentro do Parlamento, o governo é substituído naturalmente.

Entretanto os países americanos, com a exceção do Canadá, são presidencialistas. Isso implica uma separação constitucional muito forte entre os dois poderes. Os presidentes da república são eleitos diretamente e são altamente blindados contra pressões parlamentares. Seria razoável na Europa aquilo que aconteceu no Brasil, mas não o seria nas Américas.

Vale reforçar a ideia de que o objetivo não era propriamente derrubar a presidenta por ela mesma, em razão de eventuais dificuldades ou de seu temperamento pessoal. Está claro que o principal objetivo do golpe era promover uma guinada de orientação ideológica, da esquerda para a direita, chegando a uma nova equação capital/trabalho.

O mesmo aconteceu também em 1964. O governo do presidente Castelo Branco introduziu muitas reformas. Algumas delas foram in-

clusive importantes como a reforma universitária, a criação do Banco Central (isto é, a reforma bancária) e outras. No entanto, o tom geral do golpe de 1964 foi dado por um reequacionamento das relações capital/trabalho a favor do capital, perpassando sempre pelo rebaixamento de salários e pela redução de direitos.

O presidente Getúlio Vargas havia sido liquidado com esse mesmo objetivo. Naquele ano, ele havia feito um enorme aumento do salário mínimo. Minha família, composta por pequenos empresários, estava inconformada com o presidente e se perguntava como conseguiria manter o pagamento de seus empregados. Toda a área empresarial, a pequena burguesia, era contrária a Getúlio, assim como viria a ser contrária ao João Goulart e, depois, aos presidentes Lula e Dilma. As reclamações desse grupo seguem sempre o mesmo tom: esse negócio não pode ir muito longe e é preciso recolocar as coisas no trilho antigo e tradicional.

O reequilíbrio da equação capital/trabalho a favor do capital é um elemento presente nesses movimentos de mudança, aqui caracterizados como golpe. É nesse sentido que se pode compreender a PEC 55 que está tramitando no Senado. Tal elemento se combina com o outro ingrediente que permite delimitar o conceito de golpe, o saneamento do país por fora da política, já discutido acima.

Deve-se, contudo, salientar que as forças que deram o golpe são forças partidárias que estavam atuando dentro da política. Há, porém, uma força externa. Em 1954 assim como em 1964, era a área militar. Hoje é a área judiciária, policial e outras que não apenas não se confundem com a área política, mas também miram a área política.

Em 1964 houve uma grande convergência política do centro para a direita. Agora também, nestes últimos dias, quase todos os setores da elite se juntaram. O intuito inicial que fez com que tanta gente correta politicamente tenha aprovado o golpe foi o de isolar a esquerda e tirar aquele pessoal – leia-se: o PT, os "comunistas" etc. A questão é que um processo como esse nunca para nessa etapa. Se me fosse concedida a oportunidade de falar aos congressistas e ao presidente Temer, eu recomendaria a eles que tomassem cuidado. Eles pensam haver isolado o PT e o PCdoB e tirado tais partidos da disputa. Contudo, não deveriam se descuidar sob o risco de que o mesmo processo acabe por chegar até eles e atingi-los.

De fato, em pouco tempo o golpe de 1964 havia liquidado, por exemplo, o presidente Juscelino Kubitschek, o qual havia apoiado o golpe. Foi eliminado do palco político em três meses. Algo semelhante aconteceu com Ademar de Barros, governador de São Paulo. Tratava-se de um homem de extrema direita e era um defensor ardoroso do golpe. Foi cassado daí a dois anos. Outro exemplo, ainda, é Carlos Lacerda. Todos se lembram dele. Acabou sendo preso em 1968. Todos os líderes do golpe foram sendo engolidos pelo próprio golpe. Trata-se de algo impressionante. Veem-se agora operações como a Lava Jato e outras que estão no encalço de muita gente que atuou na insurreição e na desconstrução do governo eleito.

Distinguem-se, portanto, dois movimentos paralelos. Há o movimento político que fez a guinada da esquerda para a direita dentro da área parlamentar e do Executivo. Há também, entretanto, uma força agindo por fora, que ameaça o sistema completamente, como um todo. Na década de 1960, os militares constituíam tal força; hoje são os juízes, delegados, procuradores... uma rede de controle externo que atua contra a democracia.

CONSEQUÊNCIAS REVERSAS DA GLOBALIZAÇÃO

Os recentes e graves acontecimentos da sociedade brasileira encontram semelhanças com fatos que vêm ocorrendo, difusamente, em outras partes do Planeta. Os golpes similares ocorridos na América Latina, como já dito, apresentam o mesmo deslocamento de forças. Na área das relações internacionais, uma palavra circulou muito nos últimos quinze anos: o conceito de "onda rosa". Particularmente, autores argentinos e peruanos, entre outros, usaram essa expressão para designar o processo de emergência das esquerdas da América Latina. Presencia-se agora a passagem de uma onda rosa para uma onda azul, dado que a fase atual tem o mesmo alcance da outra que a precedeu: primeiro a Argentina, depois o Brasil; o Peru teve uma eleição difícil e elegeu um governo conservador...

A surpresa de 2016 tem sido a constatação de que uma semelhante passagem para o mundo azul está acontecendo também nos países do Norte. Na verdade, parece que a onda azul está atingindo o mundo inteiro

em meio a um clima de polarização muito forte. Principalmente após a eleição do presidente Donald Trump, nos Estados Unidos, vem ficando claro que o mundo está enfrentando uma espécie de consequência reversa da Globalização que ocorreu, em especial, nos últimos trinta anos.

O consenso e a coerência de Globalização neoliberal começaram a ser minados na crise de 2008. Até então ela vinha triunfante. Havia o chamado "Consenso de Washington" que constituía toda uma doutrina. Isso, porém, começou a ser minado. Fatos importantes ocorridos em 2016 parecem apontar que diversos setores, em todo o mundo, já vinham tentando sair de tal globalização. A esses movimentos de saída eu designo como consequências reversas.

Os dois principais resultados eleitorais deste ano foram o *Brexit* (a saída do Reino Unido da União Europeia) e a eleição presidencial nos Estados Unidos. Ambos significaram uma reação dos perdedores da Globalização. Essa é a análise feita, nas últimas semanas, pelo mundo afora: esses dois encontros eleitorais representaram uma disputa entre classes sociais ou regiões que constituem e se sentem como as partes vencedoras ou perdedoras no processo de globalização.

No plebiscito do Reino Unido assim como nas eleições americanas, fizeram-se muitos mapas geoeleitorais, uma espécie de geografia eleitoral. Constata-se que, nos dois países, quem deu mais alimentação ao resultado final foram as regiões que se consideram perdedoras no movimento de Globalização. No Reino Unido, posicionaram-se a favor da saída da União Europeia as velhas áreas industriais, o País de Gales, o norte da Inglaterra, a área onde inclusive começou a Revolução Industrial. Regiões que estão indo muito bem – por exemplo, a própria capital, Londres, que é uma grande praça financeira – votou em massa por ficar na Europa. O interior do país que está muito empobrecido votou a favor do *Brexit*, optando por abandonar a União. O empobrecimento deles é, obviamente, relativo ao passado que tiveram no tempo do Império Britânico, com o qual ainda sonham. Julgam que a Inglaterra do passado, anterior à entrada na União Europeia, era um país forte e agora, como dizem, eles se sentem reduzidos a uma espécie de quintal da Europa. Mostram uma mágoa muito grande por essa razão.

Nos Estados Unidos, claramente o candidato ganhador, o Donald

Trump, explorou muito a queixa de regiões e classes sociais que se consideram empobrecidas. Novamente, o conceito de empobrecimento é entendido em termos relativos. São regiões de uma classe operária branca, não é área de imigrantes. Trata-se de uma classe operária que possui carro e outros bens de consumo, mas que já se encontrou em melhores condições. A geração de seus pais tinha melhor situação do que aquela agora experimentada. Apresentam essa queixa, mas não encontram saída para sua situação. Faltam-lhes empregos. A crise de 2008 se abateu sobre eles fortemente.

Houve uma recuperação da economia americana, mas beneficiou os bancos, e não a indústria. As indústrias foram transferidas para a Ásia e, agora, estão pagando o preço pela adoção dessa estratégia que tornou o país menos industrial. Os antigos trabalhadores das indústrias e os pequenos empresários encontram-se extremamente insatisfeitos. A grande jogada da campanha que ganhou a eleição foi tratar tudo isso como culpa dos imigrantes e das pessoas de outras raças. Em meio a um racismo velado, afirma-se que muitos estrangeiros foram para o país e estão tomando os empregos dos cidadãos americanos.

As coisas não são exatamente assim. De vez em quando converso com uma senhora muito simples e que se mostra embirrada com o Trump. Ela fica incomodada com o discurso do presidente eleito, segundo o qual os estrangeiros serão expulsos dos Estados Unidos. Aquela senhora questiona quem serão, depois, os empregados nos inúmeros hotéis de que Trump é proprietário: quem serão as camareiras, quem vai trabalhar nas cozinhas e lavanderias... O raciocínio dela é bastante simples, mas carrega uma dose de boa percepção de realidade. Nos Estados Unidos, serviços mais pesados costumam ser realizados por estrangeiros. Garis, pedreiros, empregados domésticos... são tarefas que os norte-americanos costumam recusar e acabam sendo assumidas, sobretudo, por imigrantes latinoamericanos. Obviamente, a proposta de se livrar dos imigrantes está mal contada. Seja como for, uma coisa está ficando clara: há uma distinção entre vencedores e perdedores, tal como revelam as diferenças regionais e de classe, tanto no caso do *Brexit* como no das eleições dos Estados Unidos.

As análises que os perdedores fazem das situações que enfrentam têm validade discutível, porque são muito ideológicas, como já se pode

suspeitar a partir do foi dito acima. Apesar disso, tais leituras dos fatos parecem estar prestes a se tornar centrais em acontecimentos que, brevemente, vão atingir a Europa. Eleições gravíssimas vão acontecer, no primeiro semestre de 2017, na França e na Alemanha. Trata-se dos outros dois países mais fortes do hemisfério ocidental, além dos Estados Unidos e do Reino Unido. Esses quatro países estão capturados por uma tensão política imensa.

A França vive uma situação ainda mais difícil. Existe a "Frente Nacional" – de extrema direita e neofascista – e a área conservadora, representada pelo presidente Sarkozy e os antigos gaullistas (ou seja, herdeiros políticos do presidente Charles de Gaulle). Estes últimos fizeram uma prévia agora e, dentre os três que estavam disputando, escolheram François Fillon, o candidato mais conservador. Fillon, que foi primeiro ministro, não só é muito neoliberal como é membro de uma área religiosa muito conservadora. É o conservadorismo político aliado ao conservadorismo religioso. Seria como se, no Brasil, os evangélicos capturassem logo as instituições e começassem a fazer reformas. A França parece estar entre a cruz e a caldeirinha.

A Alemanha não se encontra em uma situação como a vivida pela França, mas lá o setor neonazista está crescendo muito. Existe uma expectativa de que a Angela Merkel ganhe mais essa eleição. No entanto, o partido "Alternativa para a Alemanha" está cada vez mais forte e tomando espaço. Eles são muito vocais. Vão para a rua atropelando o processo, gritando... Uma grosseria que também faz parte do quadro político atual e inclui ofender e escrachar os outros.

A vitória desses grupos conservadores terá consequências sérias para o mundo inteiro. Alguns países vão se sair melhor nessa nova configuração, como é o caso da China. Se o Governo Trump isolar os Estados Unidos, como ele disse pretender, abre-se um espaço imenso para a China se estender de maneira benigna. Ela já está vindo aqui para o Brasil oferecendo dinheiro, assim como está indo à África. Para os Estados Unidos, seria certamente um tiro no pé, porque eles assumiram, desde a II Guerra Mundial, a missão de proteger seus aliados, por meio da Otan. Trump afirmou que seu país tem gastado muito nessa tarefa e pretende abandoná-la. Seria uma guinada terrível e representaria uma

completa irresponsabilidade. No entanto, ele pode reduzir o grau de força com que os Estados Unidos defendem o Japão ou a Europa e essas regiões ficariam mais frágeis.

UMA CRISE DE REPRESENTATIVIDADE: O DÉFICIT DEMOCRÁTICO

A eleição norte-americana estarreceu o mundo. Não só aqui no Brasil, mas frequentando-se *sites* e jornais da Europa, pode se perceber que houve uma surpresa geral. Todos concordam que há uma crise, mas o caráter dela é bastante discutido. Há alguns dias vi um norte-americano, agora residente na Alemanha, que descreve a crise atual como uma crise de representatividade. Esse ponto de vista pode convir para explicar também o caso brasileiro. O Brasil está passando por uma crise de representatividade, que se expressa na falta de confiança nos setores políticos, nos líderes, nos partidos. Isso é inegável. À semelhança do que ocorre na Europa, verifica-se também aqui uma menor confiança no sistema político e na democracia.

O fenômeno europeu pode ter uma razão de ser. Foi sendo construída uma união – a União Europeia – e esse órgão teve grande importância para consolidar a paz em um continente que teve tantas guerras e conflitos. Contudo, a União Europeia, como união política, possui um déficit democrático. Esse conceito circula também pela área política e significa que a forma de organização dessa União não é feita de maneira democrática.

Essa queixa tem sido expressa pelo povo inglês. Os ingleses descontentes dizem que, depois de terem sido um país forte e importante, agora recebem leis votadas em Bruxelas, no Parlamento Europeu, que eles não reconhecem como suas. O poder, tirado dos cidadãos, estaria sendo transferido para outras mãos. Isso seria, então, o déficit democrático. Na verdade, a União Europeia é governada por uma comissão de autoridades que não são eleitas. Elas representam os países, mas não são eleitas diretamente pelo povo da Europa e, portanto, acaba-se por constituir uma espécie de tecnocracia.

Também nos Estados Unidos a revolta surda que gerou o fenômeno Trump é claramente um questionamento do que os americanos insatisfeitos com os rumos do país chamam de "o grupo de Washington". Por

exemplo, a Hillary Clinton é criticada como representante dessa oligarquia do país. O marido dela já foi presidente. Há uma certa desconfiança em relação à classe política na forma como se encontra no momento.

Dados esses fatos, a perspectiva mais provável seria a de uma inversão da integração global. A Globalização existe há muito tempo. A integração vivida nos anos 1980 foi precedida, décadas antes, pela criação da ONU e seus órgãos. O mundo foi ficando mais pacífico e mais integrado. Agora, porém, há a possibilidade de que isso se inverta, com os países se voltando mais para dentro. Um fenômeno semelhante aconteceu na década de 1930. Aquela foi uma década funesta e resultou numa guerra terrível. As nações se voltaram para dentro, dando início a um processo desumano de ataque a outros povos e raças. A volta para dentro implica xenofobia, uma raiva do estrangeiro. Forma-se uma intolerância racial e religiosa, mas que se pode manifestar também como uma intolerância de gênero e a tudo o que é diferente.

A leitura benigna que se pode fazer desse fenômeno é que existe uma necessidade de se encontrarem novos modelos de democracia para um tipo de sociedade que tem novos elementos e novos movimentos. Multiplicam-se pelo mundo os indicativos de que há uma certa vontade de se fazer uma coisa nova, principalmente pelo lado da juventude. Frente a isso, a democracia – entendida como regras e constituições – aparece como um pouco velha demais para dar conta disso. Isso é o que se pode intuir a partir do resultado das votações feita pelos ingleses e americanos. Trata-se de um protesto, mas sem pretender uma guinada que os conduza à extrema direita. Na França e na Alemanha, porém, a situação é bem outra. Pelo menos um setor significativo da sociedade aponta para esse rumo. Nesses dois países, os partidos fascistas são muito conhecidos e, no caso da França, bastante antigos. Eles propõem explicitamente uma guinada à extrema direita.

A INVERSÃO DA INTEGRAÇÃO GLOBAL

As questões apresentadas até aqui possuem uma face econômica. Donald Trump afirmou que pretende cancelar as grandes parcerias comerciais que vinham sendo organizadas. De fato, o presidente Oba-

ma vinha investindo esforços na constituição da parceria transpacífico, mas ela ainda não foi aprovada pelo Congresso. Trata-se de um grande acordo entre as Américas do Pacífico – inclusive com a participação do Peru e da Colômbia – e a Ásia. Esse processo funciona como uma estratégia para isolar a China. Daí se infere que, se Trump persistir no cancelamento desse acordo comercial, a China será beneficiada. Se os Estados Unidos se retiram da parceria transpacífico, a China deverá conduzir a formação desse bloco, tomando o lugar de liderança.

Encontra-se em andamento também a parceria transatlântica, entre a América do Norte e a Europa. Trata-se, portanto, do Atlântico Norte. Embora as negociações não estivessem tão adiantadas como no caso da parceria transpacífico, a Europa está contando muito com ela para superar o momento de precariedade econômica por que está passando. Uma relação forte com a América do Norte poderia ser muito benéfica para os europeus. Se o acordo for cancelado, volta-se ao passado em que domina a norma do cada um por si.

Parcerias como a transpacífica ou a transatlântica são econômicas, comerciais. Além disso, os processos eleitorais discutidos acima – a começar do caso inglês – têm em comum o questionamento dos projetos de integração política. Por exemplo, a União Europeia começou a se desintegrar. Pode ser que ela permaneça no estado atual e apenas os ingleses saiam, mas pode ser que não. Nesse caso, num sentido amplo, ocorreria um declínio do multilateralismo inaugurado após a II Guerra e que levou à criação das Nações Unidas e às tentativas de construir acordos gerais em todos os níveis.

O Brasil, um país que aposta muito nessas parcerias e pratica uma diplomacia multilateralista, tem muito a perder se os acordos internacionais começarem a ser cancelados. Na área das relações internacionais, usa-se o conceito de regime internacional para tratar de estatutos, como o que estabelece, por exemplo, o regime ambiental. Houve recentemente a Conferência que abordou essa questão. O regime ambiental, aliás, pode se tornar um alvo preferencial da reversão. É provável que esse debate não avance mais, pois ele não é prioritário para as forças que estão emergindo. Ao contrário, nenhuma delas acha que a questão ecológica é válida. Supõem que crise ambiental é uma enganação, uma

conversa fiada e que não existe risco. Acreditam que a ciência há de resolver o problema. São forças conservadoras em suas concepções de ciência. Trump – um representante dessa ideia – já declarou considerar a mudança climática como balela e não deve assinar acordos nesse campo.

Outro motivo de grande preocupação reside na possibilidade de que Trump venha a fazer mudanças na ação militar. A Otan, por exemplo, sempre atuou contra o bloco comunista. Depois da derrocada desse bloco, ela teve sua função diminuída, mas manteve a Rússia como alvo. Combatem-se os russos e a Rússia como potência, independentemente do fato de serem comunistas ou capitalistas. Ultimamente tem havido muita tensão, porque a Rússia é um país forte, militarizado e atuante quando se trata de cercar o próprio quintal. O enfraquecimento da Otan pode significar maior empoderamento da Rússia.

Se é difícil prever a consequência disso para o mundo, certamente para o Brasil há uma consequência imediata, ainda que pouco clara. O Brasil integra o grupo chamado Brics, composto também pela Rússia, Índia, China e África do Sul. Como já dito antes, o retraimento voluntário dos Estados Unidos traria vantagens para a China e para a Rússia e isso justifica a suposição de que o eixo composto pelos Brics ganharia maior peso.

O Brasil sempre teve uma atitude cautelosa na política externa. É um país que vive muito para dentro, mas diplomaticamente ele se coloca bem. Uma das guinadas que o Governo Temer está fazendo é a de sair da ênfase aos eixos alternativos, alinhando-se novamente com o Norte, em particular, com os Estados Unidos. Trata-se de uma guinada recente, na contramão das mudanças internacionais das últimas semanas. Dada a atual situação, a política anterior, conduzida sobretudo pelo presidente Lula, era mais adequada. Tratava-se de uma política mais autônoma, que não entrava em conflito com os países do Norte. Não se alinhava com eles, mas ao mesmo tempo tentava estabelecer eixos alternativos.

AS MANIFESTAÇÕES E OCUPAÇÕES NO BRASIL

Caberia indagar-se se, nas manifestações ocorridas no Brasil em 2013, haveria algum elemento que permita considerá-las como um desses indicativos da vontade de gerar o novo. As tentativas de compreensão

daquele fenômeno ainda se multiplicam. É um enigma porque foi um movimento polissêmico, ou seja, portador de muitos significados coexistentes. As leituras feitas até agora não foram boas para lado algum. Ao que parece, ninguém foi capaz de oferecer uma leitura suficiente. Um raciocínio que pode se mostrar produtivo é considerar que 2013 representou uma busca de participação.

Embora os grupos que tomaram as ruas fossem bastante diversificados, eu vejo uma forte concentração de jovens que, pela primeira vez, se sentiam participando de um evento com tal dimensão. O relato que, na época, meus alunos faziam mostravam essa característica. Eles não tinham vivido nossas experiências do passado. Nem as do meu tempo e tampouco aquelas dos "caras pintadas". Aliás, os estudantes que protestaram contra o Collor estão hoje por volta dos quarenta anos de idade e já são pais de família... Reitero a multiplicidade de perfis entre os manifestantes de 2013, mas não se pode ignorar esse grupo composto por jovens de 22 ou 23 anos para baixo.

Essa geração estava buscando um protagonismo, esses jovens que nunca tinham vivenciado movimentação de rua. Isso significa que havia uma coisa represada, uma vontade de falar. Há uma expressão utilizada por Marina Silva que parece servir bem para descrever esses movimentos. Trata-se de uma "participação autoral", em que uma pessoa – voluntariamente e sem combinar com ninguém – prepara seu próprio cartaz que lhe serve como instrumento de protesto. Na minha geração, havia uma organização do movimento, centrada no diretório acadêmico ou no sindicato.

Neste momento, o país está vivendo uma outra forma de manifestação, conduzida pelos estudantes secundaristas. Fala-se em mais de mil escolas de ensino médio paradas e cerca de 160 universidades ocupadas. Esse é o movimento político popular mais forte neste momento. No entanto, esse movimento estudantil guarda semelhanças com o modelo clássico.

A PEC DO TETO DE GASTOS

É necessário, hoje, que se coloque em discussão se a PEC que estabelece o teto dos gastos de fato é uma solução ou se representa o agravamento dos problemas. Adotando um ponto de vista mais desenvolvimentista,

parece-me que é a austeridade que está matando a Europa. Os países europeus estão fragilizados por causa de políticas como aquelas exigidas pela Alemanha. A Grécia foi um caso extremo de enfermidade, mas também Portugal não está bem, depois de haver aplicado cortes de gastos na previdência e em políticas sociais de educação e saúde.

De acordo com a linha liberal que vem sendo adotada, quando o governo está sem dinheiro privatiza bens e serviços. Isso é preocupante se se consideram as pessoas que de fato precisam do governo. São os pobres – e não a classe média – os que mais necessitam dos serviços do governo. Portanto, o debate em torno de questões como liberalização, políticas sociais, mais Estado, Estado mínimo incide diferentemente sobre diferentes classes sociais.

Outro problema que envolve a PEC 55, que está tramitando no Senado, é que ela se propõe a resolver uma crise de curto prazo, mas promove o engessamento de longo prazo. São vinte anos. Embora seus defensores insistam em dizer que não haverá cortes, na verdade, será feita uma parada técnica. Esse argumento, porém, despreza o dinamismo demográfico. Além do mais, na área de saúde e da educação, entre outras, semelhante congelamento representa por si só um recuo.

O "MOINHO SATÂNICO" DO MERCADO

O capitalismo tem uma dinâmica muito concentradora. Observa-se que o capitalismo essencialmente financeiro não apenas se voltou contra o Planeta, mas contra o próprio capitalismo. Quando surgiu a crise de 2008, houve um debate nos Estados Unidos que opunha a *Wall Street* à *main street*. Wall Street é uma rua situada em Manhatan, no centro do distrito financeiro da cidade de Nova York. A *main street* é a rua principal, como em uma cidade pequena. Essa oposição expressa o conflito do grande contra o pequeno. A *main street* se refere ao povo consumidor, ao trabalhador, mas também aos lojistas e outros empresários que se sentem minados e desconstruídos por *Wall Street*, lugar dos grandes bancos. O chamado setor produtivo ergue a voz para acusar a *Wall Street* de estar contra todos naquele país.

Não se deve ignorar que o setor produtivo está muito interligado

ao setor financeiro. Industriais, comerciantes e fazendeiros também são investidores do mercado financeiro. No entanto, quando se separam, pelo menos analiticamente, esses interesses, percebe-se que o capitalismo financeiro joga com papel, com uma coisa fictícia, que é o dinheiro. O dinheiro não é uma coisa; é um valor teórico. Daí afirmar-se que o capitalismo financeiro joga muito contra a humanidade. Quem tem uma posição anticapitalista, encontra muitas razões para sustentar seus argumentos...

Recomendo a leitura do livro **A grande transformação**, de Karl Polanyi. Trata-se de um economista húngaro que tentou decifrar a crise dos anos 1940 que levou à II Guerra Mundial. De acordo com Polanyi, somente remontando ao século XVIII e considerando a evolução do capitalismo de mercado seria possível entender o fenômeno que ocorreu naquela década. O mercado nunca se realiza totalmente porque encontra sempre reações muito fortes da sociedade. Sugiro que se entenda a palavra sociedade, neste contexto, como sinônimo de humanidade. Refere-se à política, à cultura, à religião que estão fora e reagem contra o mercado que Polanyi chama de "moinho satânico". O mercado é o moinho satânico dos valores, das crenças, dos ideais, da felicidade do homem comum, da vida familiar, da vida de uma cidade pequena. Tudo isso vai sendo moído na ganância maluca de forças que nem mesmo se sabe de onde vem. É exatamente disso que a *main street* se queixa lá nos Estados Unidos, ainda que por vezes o faça de uma maneira ingênua: a *Wall Street* está acabando com a *main street*, está acabando com o povo.

Também nisso se manifesta o déficit democrático de que se falava acima. A democracia não suporta essa destruição. Há instituições da economia de mercado que minam a evolução democrática e estão na base de eventos como o golpe ocorrido no Brasil. Pense-se, por exemplo, no papel nefasto das agências de análise de risco. Elas se sobrepõem ao voto popular. A Grécia é um bom exemplo disso. Lá foi eleito um governo mais progressista. No entanto, o FMI, a Alemanha, a União Europeia portando os laudos das agências de risco exigiu a implantação de um programa bastante diverso daquele proposto pelo governo eleito. Exigiram do novo governo um severo ataque à previdência e outras medidas contrárias ao que o povo grego decidiu ao elegê-lo.

No Brasil, as agências de risco rebaixaram a nota do país retirando

dele o grau de investimento. Isso foi decisivo para o golpe contra o Governo Dilma. Esse laudo favoreceu os opositores que se lançaram numa cruzada para recuperar o grau de investimento. A pergunta a ser feita, no entanto, seria: por que, afinal, um país deve ter grau de investimento? Por causa dos rentistas. Nesse sentido é que se pode afirmar que o país é refém do capital financeiro.

A PEC que estabelece um teto de gastos só limita o outro lado da economia. Ela não impõe limites ao pagamento da dívida. Evidentemente, existem mil argumentos técnicos para justificar essa medida, mas exatamente aqui se encontra o ponto de separação. O corte de gastos atinge apenas as despesas com o povo: educação, saúde, assistência social, estradas... As despesas com o mercado estão livres de corte. Isso é naturalizado. A mídia explica que é assim mesmo, que existem as agências de risco. Quase ninguém questiona isso. No entanto, quando se começa a analisar mais detidamente, chega-se à constatação de Polanyi: o moinho satânico.

A inexistência de distribuição das riquezas que o capital financeiro está promovendo fere a própria cadeia de produção. A ganância destrói inclusive a cadeia de propriedade, trabalho, lucro. O capital financeiro se tornou pesado demais. Diante disso, o papel do Estado seria conter o capital em nome do capital. Caberia ao Estado salvar o capital do capital; salvá-lo dos exageros e da loucura do capital. No exercício desse papel de regulação, o Estado tem que comparecer junto aos demais setores sociais e econômicos, equilibrando a correlação de forças.

Afinal, o próprio Capitalismo precisa dos consumidores. No entanto, as práticas do setor financeiro ignoram o óbvio: o funcionamento da economia exige vendas e muita gente comprando. A distribuição de renda é importante do ponto de vista humano e social, mas é indispensável também do ponto de vista econômico. Esse é o perigo representado pelo capitalismo financeiro: ele é delirante e autista.

No mundo contemporâneo, o Papa Francisco vem cumprindo o papel descrito por Polanyi. Francisco representa hoje a mais importante voz da sociedade contra o mercado. Ele faz uma reação em nome dos valores maiores – mesmo para quem não é religioso –, em nome de uma cultura, de uma política decente e democrática, da ética e de um humanismo.

Embora o mercado seja uma evolução civilizatória, ele é também um perigo. Ele tem que ser controlado permanentemente e esse é o papel da política. Um dos perigos da perda da política é a menor ou a total incapacidade de se controlar o mercado. Esse é um dos males que se vivencia hoje no Brasil. Como a classe política está muito desmoralizada, ela não está sendo acreditada para fazer isso.

Isso não quer dizer que a classe política não tenha seus elos orgânicos. Os políticos representam todos os setores sociais. Há aqueles que representam pequenos fazendeiros, grandes fazendeiros, supermercados e incontáveis outros setores. Essa pluralidade é razão para defender o valor da política. Em razão dessa mesma representatividade, os políticos podem controlar, em certa medida, a financeirização e a ganância dos bancos. Muitos dos setores socioeconômicos que os políticos representam estão endividados. Por exemplo, o Brasil tem uma agricultura forte, mas os produtores ficam pendurados em bancos. Os políticos que representam esse setor produtivo não conseguem ficar inteiramente do lado do mercado. Eles têm de pensar nos votos e são obrigados a pensar nos setores da *main street*. Portanto, o enfraquecimento dos políticos, assediados por tantas acusações, diminui também suas condições de se opor a pacotes e medidas que beneficiam mais o lado financeiro em detrimento da economia real.

NÃO HÁ SOLUÇÃO FORA DO DEBATE POLÍTICO

Diante desses episódios todos, nós, nesta sala, estamos como muita gente pelo mundo afora deve estar: conversando, discutindo as crises. Encontramo-nos todos, globalmente, no mesmo aperto. Eu garanto que em muitos países tem gente nesse momento – seja em órgãos oficiais, confessionais e universitários – discutindo os acontecimentos recentes. Ora, o fato de estarmos juntos aqui tem uma importância muito grande, porque se ressalta nossa confiança na via política, no debate político como meio de expressão de ideias e de solução de problemas.

Proponho, então, o contraponto com a ideia do golpe, referindo-me não apenas ao Brasil em si, mas ao conceito de um golpe em geral, que é o ataque à política caracterizando-a como negativa. O diálogo que

estamos fazendo aqui é considerado, na perspectiva golpista, como uma perda de tempo e uma nulidade. Segundo tal olhar, a alternativa deve ser buscada fora da política, por pessoas que estão por cima. Para quem segue esse ponto de vista, a solução será trazida por "iluminados", pessoas particularmente iluminadas e capazes de trazer soluções iluminadas.

Na prática, tais grupos pretendem suprimir as diferenças. Ao contrário, a política é o reino da diferença. Tive um professor, o Fábio Wanderley Reis, que usava dar uma boa definição da política. Para ele, o território da política é o território da conciliação de particularismos de qualquer tipo, seja de classe, de gênero, de raça, de país, de nação. A política é o lugar onde essas diferenças se encontram e são resolvidas de alguma forma, seja pelo voto, seja pelo debate, seja por uma construção média que atenda também as minorias nas maiorias. A intolerância, a inconciliabilidade caracteriza o golpe. Este se constitui como uma solução drástica: suspende-se a negociação, acaba-se a conversa.

A julgar pelas experiências todas do mundo moderno, principalmente no século XX, a alternativa colocada fora da política tem dois pilares. O caso brasileiro atual pode ser uma boa oportunidade para verificar se também aqui haverá de se repetir o mesmo padrão. O primeiro pilar é a formação de uma tecnocracia, tal qual se conheceu durante o regime militar, mas que lhe é anterior. A tecnocracia seria um governo de sábios. É uma concepção herdeira do Positivismo e do Iluminismo. O Comte, fundador do Positivismo, era um adepto firme dessa proposta de estabelecer como rei o filósofo... Os tecnocratas são contra a democracia, porque acham que o povo não tem competência para resolver problemas difíceis. Entendem que a solução de conflitos é uma questão técnica e aos cientistas compete saná-los.

A mentalidade tecnocrática está muito presente na pauta econômica, mas também a área jurídica é muito tecnocrática. Economistas e juristas defendem, comumente, uma visão técnica do mundo e costumam se comportar como se fossem os sábios. Ainda que eventualmente seja uma atitude benigna, ela carrega sempre um caráter autoritário, mesmo que revestido das melhores intenções.

O autoritarismo cabal do governo exercido pela força é o segundo pilar das soluções sociais que se propõem fora da ação política. O autori-

tarismo é gêmeo da tecnocracia. De fato, o domínio tecnocrático depende de um governo forte. Já que não foi eleito, só lhe resta a imposição pela força. Foi exatamente o que se viu no período de 1964. Havia o ministro Antônio Delfim Netto e o Roberto de Oliveira Campos que eram os sábios. Os militares se mantiveram no poder, porque aquele regime não era só militar, mas também empresarial, técnico e militar. Havia um componente político importante também. Era um acordo geral.

Concluo fazendo um apelo para continuemos a fazer encontros como o desta noite. É preciso valorizar os canais de expressão política e de ação coletiva: os partidos, as entidades, os movimentos. Todos os lugares de encontro devem ser valorizados. Destaco a importância dos órgãos da Igreja Católica que sempre tiveram o importante papel de acolher o debate. Outros órgãos também o fazem, como a universidade e os órgãos de classe. Estes últimos têm seus interesses particulares, mas também sindicatos, federações de empresas, as organizações não governamentais (ONGs), todos têm o seu papel, em um momento como esse, de se constituírem como lugares de encontro e de debate.

Do contrário, partiremos para a barbárie. O clima mundial já está barbarizado. Temos visto isso aqui no Brasil: em vez de discutir, pessoas se ofendendo e até batendo uns nos outros. Nas próprias famílias, ouvem-se relatos de irmãos, cunhados, tios que estão brigando, furiosos. A reflexão política tem de ser feita e esta é a ideia mais importante desta noite. É preciso entrar num acordo sobre a importância da política participativa, democrática e informada. Tal como fizemos nesta noite, é preciso resgatar o interesse de aprender juntos. Nisso reside a esperança de se reconstruir um novo caminho, diverso deste outro rumo tão difícil pelo qual enveredamos nos últimos tempos.

Nesp.indb 172 13/12/2017 16:41:21

Crise política ou crise na política? O processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e seus desdobramentos (a)políticos*

Helcimara Telles

A crise política foi iniciada em 2014, logo depois de proclamado o resultado das eleições presidenciais. Ela teve sua origem a partir de uma narrativa dos adversários da presidente eleita, que envolviam a ela e seu partido, o PT, como os responsáveis por comandar esquemas de corrupção na empresa estatal Petrobras. Desde 2006, a corrupção e as denúncias de atos ilícitos na administração pública estavam invariavelmente presentes ao longo das campanhas eleitorais brasileiras e nos noticiários. Em 2014, com a Operação Lava Jato, o tema estendeu-se para fora da temporada eleitoral e a corrupção passou a ser agendada nos meios de comunicação, que enquadraram negativamente a classe política, sobretudo os quadros ligados ao PT. O afastamento da presidente Dilma Rousseff mobilizou o país com debates, protestos favoráveis e contrários, e ampla cobertura dos meios de comunicação. O seu mandato foi interrompido em agosto de 2016 e o seu vice Michel Temer (PMDB) assumiu a presidência do país. Foi o segundo presidente do país que não conseguiu finalizar o governo, desde a redemocratização brasileira.

Este ensaio abrange algumas reflexões sobre a atual crise política brasileira. Em primeiro lugar, apresentarei algumas razões institucionais que possibilitaram a crise para, em seguida, aproximar determinados aspectos dela, num momento em que ela passa a ser uma crise institucional. O argumento é o de que a crise política foi produto da combinação de alguns fatores institucionais e políticos: o esgotamento do modelo do presidencialismo de coalizão, a gestão insulada e burocratizada do

Executivo, a redução da base governista e o crescimento da oposição no Congresso Nacional, os escândalos políticos midiáticos de corrupção e uma elite política que demonstrou baixa adesão aos procedimentos democráticos, optando por descontinuar o mandato da presidente eleita com argumentos jurídicos frágeis.

Disso resultaram, do ponto de vista político, o aprofundamento da crise de representação e os fenômenos do antipetismo, do apartidarismo e do antipartidarismo. Do ponto de vista econômico, ela significou mudanças radicais no modelo de desenvolvimento do país, com a adoção de um projeto de Estado mínimo neoliberal. Contudo, longe de solucionar, a interrupção do governo a aprofundou, ao agudizar a crise de representação e produzir um problema institucional que põe em risco a ordem constitucional criada em 1988.

Este ensaio se divide em quatro seções. A primeira aborda a percepção da corrupção e da economia que levou a protestos e atingiu a popularidade da presidente, além de analisar as principais características quantitativas e qualitativas do Congresso eleito para a 55ª legislatura que processou o impedimento. A segunda parte expõe a narrativa do *impeachment* na esfera pública, arrolando os principais pontos favoráveis e opostos a ele. Essa parte trata também da repercussão do processo de afastamento na imprensa. A seção três apresenta reflexões sobre a "ausência de política". A falta de política marcou tanto as articulações do Executivo com o Legislativo no presidencialismo de coalização, quanto a gestão da presidente Dilma Rousseff. Ambos os fatores foram relevantes para a construção do impedimento. Finalmente, a última parte discorre sobre o crescimento de um conservadorismo renovado no país, que se articulou no Legislativo e nos protestos antigoverno.

IMPOPULARIDADE DA PRESIDENTE: CORRUPÇÃO, ECONOMIA E CONGRESSO NACIONAL

Durante toda a campanha de 2014, a candidata do PT se manteve na frente de seus adversários. Fechadas as urnas, Dilma Rousseff foi eleita presidente do Brasil com 52,5% dos votos, e o segundo colocado, o Senador do PSDB, Aécio Neves, alcançou 48% dos votos. Até

dezembro de 2014, ano da eleição de Dilma Rousseff, a preocupação dos brasileiros estava mais focada nos temas econômicos e nas pautas materialistas como crescimento, questões sociais (saúde e educação) e segurança pública. Contudo, em 2015, a corrupção passaria a ser vista como o principal problema do país e, uma vez associada à presidente, incidiu sobre a sua popularidade. Quanto mais se divulgavam as operações da Lava Jato, mais se alargava na opinião pública a percepção da corrupção na política e mais se avaliava negativamente a administração federal. A percepção da corrupção se configura, em geral, como um dos principais motivos para elevar a desconfiança dos cidadãos nos atores do sistema político e nas instituições representativas, como o Congresso, o governo e os partidos políticos (GRÁFICO 1).

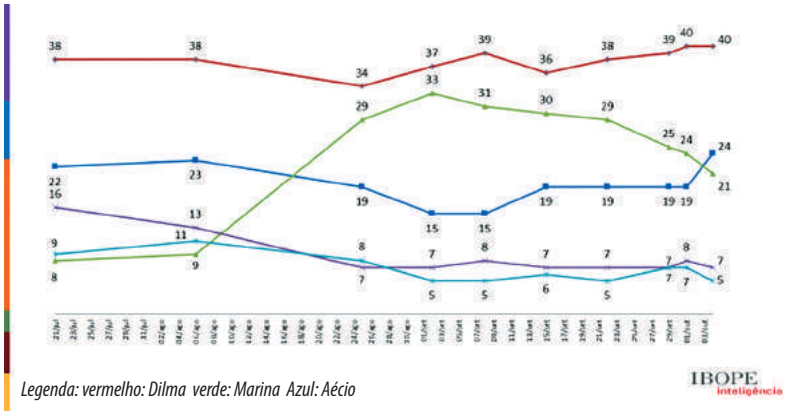

GRÁFICO 1. Pesquisas eleitorais para presidente – 2014.
Fonte: Ibope.

No decorrer de 2015, a identidade com os partidos políticos chegou aos mais baixos níveis e apenas 25% dos brasileiros declararam preferir algum partido, contra uma média de 50% dos anos anteriores. O PT, partido até então líder de preferência no país, passou de 29% para apenas 12% de simpatizantes, sem que outras legendas atraíssem esses eleitores que abandonaram o PT. Junto com a perda de confiança nos partidos, sobreveio a rejeição às legendas políticas, e se observou um crescente sentimento apartidário, em geral, e antipetista, em particular. Contudo,

o partidarismo é relevante para a estabilidade democrática. Ele explica o interesse pela política, a participação eleitoral e a crença na eficácia da democracia. Níveis elevados de apartidarismo e antipartidarismo dão margem ao surgimento de discursos antipolítica e antissistema, o que aumenta a incerteza quanto ao futuro estável das instituições políticas e jurídicas de um país.

As promessas políticas realizadas por Dilma Rousseff, então candidata à reeleição, durante a campanha presidencial de 2014, do mesmo modo contribuíram para posteriormente reduzir a sua capacidade de contornar o desagrado da sociedade e obter adesão popular para se defender dos ataques de seus opositores. Na condição de candidata do PT, Dilma Rousseff e seu partido afirmaram incontáveis vezes que não realizariam cortes em políticas públicas e que a economia do país voltaria a crescer com mais intensidade durante o seu segundo mandato. Porém, seus primeiros atos e pronunciamentos após a posse foram em outra direção. Ao invés de propostas de aquecimento da economia, o seu segundo mandato é iniciado com anúncios de ajuste fiscal, diferentemente daquilo que havia sido prometido ao eleitorado. Políticas econômicas de austeridade, ainda que se julgue que eventualmente sejam necessárias, podem ser impopulares, sobretudo quando tais medidas não estavam previstas pela comunicação política da campanha da candidata. Tais medidas geraram enorme frustração popular, contribuindo para corroer a confiança no governo (GRÁFICO 2).

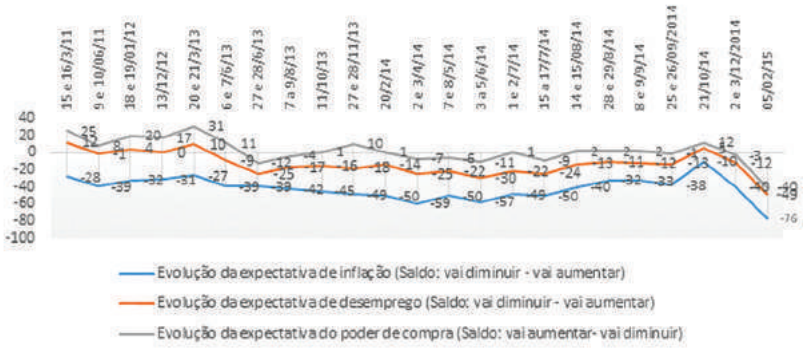

GRÁFICO 2. Percepção da economia: inflação, desemprego, poder de compra, 2011-2016.
Fonte: Datafolha. Elaborado pela autora.

Ao mesmo tempo em que os opositores da presidente a acusavam de corrupção, essa narrativa contribuiu para reforçar a expectativa negativa em relação aos destinos do país, sobretudo no que tange aos indicadores econômicos, como a inflação e o desemprego. A retração econômica tende a dilatar a insatisfação popular, desenvolvendo a intolerância à corrupção, pois os cidadãos podem associar a falta de investimentos do Estado em serviços públicos – que é onde inicialmente se cortam os gastos em períodos de crise –, à recorrência de corrupção por parte dos funcionários públicos e dos políticos. Pesquisas, ao longo de 2015, demonstravam que a população avaliava que os ajustes propostos pela equipe econômica se deviam à necessidade de sanar as contas públicas para cobrir os deficits produzidos pelos desvios na Petrobras. Em função do descontentamento com a economia e das denúncias rotineiras de ilicitude, que se transformaram em escândalos políticos midiáticos, a presidente viu reduzida não apenas sua popularidade, como também a sua capacidade de articular grupos de apoio no Congresso Nacional. Os partidos políticos brasileiros, apesar de serem razoavelmente disciplinados no Legislativo, tendem a mudar de posição para não serem associados a presidentes impopulares (GRÁFICO 3).

GRÁFICO 3. Evolução da percepção da corrupção como o principal problema do país.
Fonte: Datafolha. Elaborado pela autora.

A combinação de fatos como os escândalos políticos midiáticos de corrupção, uma oposição ferrenha no Congresso Nacional, a impopularidade da presidente e a pequena diferença de votos entre o primeiro e o segundo colocados na disputa presidencial, abriram uma janela de oportunidades para que políticos, grupos de oposição e o PSDB solicitassem recontagem de votos e acusassem sistematicamente a chapa

eleita de produzir fraudes para se eleger. Foram realizados diversos pedidos de afastamento da presidente, como a cassação da chapa PT--PMDB junto ao Tribunal Superior Eleitoral, por suposto "caixa dois" na campanha da chapa Dilma-Temer. Também foram organizados movimentos de protestos nas redes sociais contrários ao governo, que pediam o afastamento da Presidente seja através de mecanismos institucionais – *impeachment*, renúncia, cassação da chapa –, ou até mesmo por intervenção militar. Esses reiterados pedidos de afastamento da chefe do governo, seja na forma de protestos públicos ou através da Justiça Eleitoral, provocaram uma suspeita na opinião pública sobre a legitimidade do processo eleitoral que levou à eleição de Dilma Rousseff, o que resultou no aumento da desconfiança na lisura das eleições, nas próprias urnas eletrônicas e na classe política.

Essa descrença no processo eleitoral encontra eco na cultura política brasileira, que valoriza pouco as instituições e considera legítimo que um presidente perca o seu mandato, caso seja impopular. Uma vez que não se encontraram provas de corrupção que envolvessem diretamente a presidente, o pedido de seu afastamento foi baseado em uma alegação técnica de que ela havia realizado "pedaladas fiscais". Após um desgastante processo político e jurídico, criticado por alguns como golpe e defendido por outros setores como um processo legítimo, a presidente acabou por sofrer um *impeachment*. Contudo, o principal fator para afastar a Presidente foi a alta impopularidade da incumbente, que alcançou a maioria da população, que acreditava que os governos do PT eram os principais envolvidos diretamente nos escândalos de corrupção denunciados pela Operação Lava Jato. Quando comparadas com governos anteriores, inclusive com o período militar, as administrações petistas de Lula e Dilma eram consideradas as mais corruptas do país (GRÁFICO 4).

A impopularidade se tornou mais visível através das multidões que foram às ruas pedir o afastamento da presidente, a partir de março de 2015. Os grupos opositores, organizados através de redes sociais, saíram às ruas. A maioria absoluta (96%) dos presentes na Avenida Paulista nessa data avaliou o governo da presidente Dilma Rousseff (PT) como ruim ou péssimo. No 2º turno da última eleição presidencial, 82%

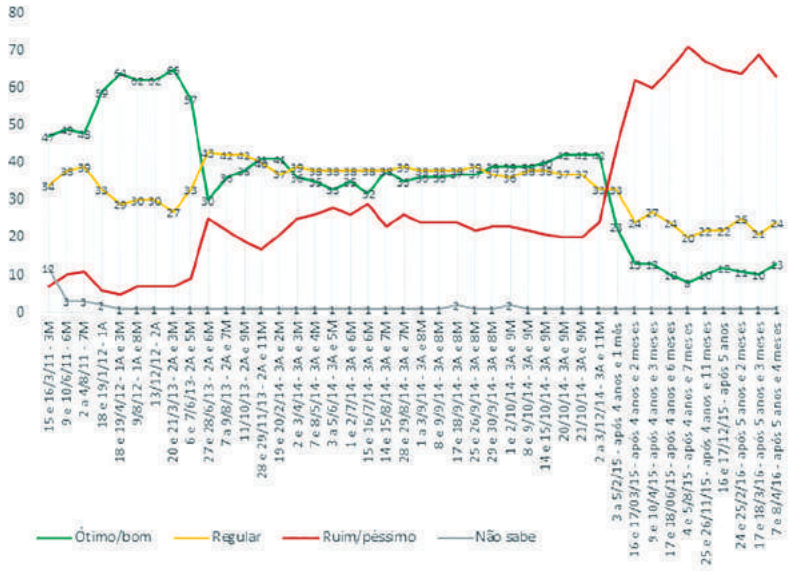

GRÁFICO 4. Avaliação do Governo Dilma, 2011-2016.
Fonte: Datafolha.

votaram em Aécio Neves (PSDB) e 3% votaram na petista Dilma Rousseff. Espontaneamente, 47% declararam estar na manifestação para protestar contra a corrupção. Um em cada quatro (27%) teve como motivação o *impeachment*/saída da presidente Dilma Rousseff, e 20% declararam estar protestando contra o PT, de forma geral (DATAFOLHA, 2015). Esses protestos e sua visibilidade, adquirida pela cobertura nos meios de comunicação, foram essenciais para reforçar o clima pró-*impeachment* na opinião pública.

Mas a "voz rouca das ruas" não é suficiente para afastar um político. A pressão popular pode ser insuficiente para atingir esse fim, caso o Executivo conte com ampla base de sustentação no Congresso Nacional e a simpatia dos meios de comunicação. Presidentes antecessores chegaram ao fim do mandato, embora com baixos níveis de aprovação popular, porque tinham o apoio da mídia e do Congresso. Collor foi o único presidente eleito numa eleição "solteira", realizada sem conexão com as eleições para o Congresso Nacional. Ele começou o seu gover-

no com uma base minoritária no Parlamento que havia sido eleito em 1986, para a Assembleia Nacional Constituinte.

Escolhido no segundo turno de 1989 contra Lula, seu partido, o PRN, logrou somente 8% das cadeiras nas eleições legislativas subsequentes. Collor foi eleito presidente, mas tinha minoria na Câmara e não conseguiu finalizar seu mandato devido às denúncias de corrupção, amplamente divulgadas através da imprensa. Esse não foi o caso do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que durante o seu segundo mandato (1999 – 2001) teve magra aprovação, que variou entre 8% a 23%. Cardoso possuía a simpatia dos meios de comunicação e, sobretudo, uma base articulada no Legislativo, o que permitiu que ele finalizasse o mandato, a despeito dos indicadores econômicos negativos, de conviver com inúmeras mobilizações contrárias ao seu governo e de igualmente ter sido solicitado seu *impeachment* pela oposição.

A base no Congresso parece ser um elemento fundamental para a continuidade de um presidente, no Brasil. E qual foi o Congresso eleito para o período 2015-2018 que promoveu o *impeachment* de Dilma? A primeira característica é a sua alta fragmentação, pois foram eleitas 28 legendas com representação. Além disso, houve uma renovação de 47% da Câmara dos Deputados e 31% do Senado Federal. Na Câmara Federal, essa renovação ocorreu sobretudo com o aumento da presença dos partidos "nanicos": o PRB foi o que mais auferiu parlamentares. Ele passou de dez deputados para 21. Outros nove "nanicos" possuíam menos que cinco parlamentares. Mas, o PT e o PMDB, embora tenham perdido cadeiras, permaneceram com as maiores bancadas – 70 e 66 deputados federais, respectivamente. O PSDB ganhou dez novos parlamentares e passou de 44 a 54 deputados, muito embora tenha apenas recuperado o igual número de deputados que haviam sido eleitos para 54ª Legislatura (2011-2014).

A maioria dos partidos perdeu parlamentares, mas ocorreram poucas alterações no *ranking* das maiores bancadas. Na Câmara dos Deputados e no Senado, a base do governo foi reduzida. Foi a primeira vez, após a redemocratização, que um presidente do país foi eleito sem que o seu partido e aliados tivessem aumentado a bancada no Legislativo. A base governista caiu de 340 para 304 deputados e a oposição cresceu de 151

para 177 deputados. Contudo, apesar da perda de bancada, se a base se mantivesse coesa, o Executivo poderia dispor de maioria para aprovar projetos de lei e de lei complementar, mas teria que realizar acordos para emendas que alterassem a Constituição Federal.

Em termos ideológicos, na Câmara dos Deputados se observou que somente 16% dos parlamentares estavam situados à esquerda. E mais de 70% eram de centro-direita ou de direita. Maurício Garcia (2016) utilizou de uma metodologia de classificação da ideologia dos deputados conforme o seu posicionamento ideológico em treze importantes votações na Câmara, sobre assuntos que dividiram a opinião pública, como cobrança de cursos em universidades pública, distritão, financiamento privado para partidos, financiamento privado para partidos e candidatos, infanticídio indígena, maioridade penal, pensão, seguro desemprego, terceirização, terrorismo, transgênicos, tributação de serviços de internet. A partir da votação, descobre-se que apenas 4% dos deputados podem ser classificados à esquerda e 12% como centro-esquerda, contra 34% de centro-direita e 40% distribuídos como direita. Em termos partidários, apenas um partido votou totalmente a esquerda, o PSOL, contra sete partidos à direita, entre os quais o PMDB.

O Congresso eleito para a 55ª legislatura se caracterizou pelo avanço da presença de parlamentares com profissões empresariais, por representantes que defendiam o endurecimento da legislação penal e pela expansão da bancada oposicionista no Senado Federal. As bancadas se estruturaram em *issues* mais conservadores, como a bancada da bala, a bancada evangélica e a bancada do boi. De acordo com o Diap – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar –, este foi o Congresso mais conservador desde 1964. Ele possuía parlamentares cuja média ideológica era bastante distante das preferências políticas declaradas pelo chefe do Executivo.

O crescimento das bancadas conservadoras no Congresso tem conexão com as demandas eleitorais. O Ibope criou um Índice de Conservadorismo do brasileiro, com base em temas que dividem os conservadores e progressistas, tais como a legalização do aborto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a pena de morte, a prisão perpétua, a redução da maioridade penal (TOLEDO, 2016). Aplicado em 2010 e 2016,

descobriu-se que o conservadorismo cresceu em todas as franjas de idade, renda, sexo, religião e escolaridade. O grupo dos que atingiram alto grau de conservadorismo saltou de 49% para 54% nesse período. Observou-se um aumento do conservadorismo que foi puxado para cima pelo apoio às medidas punitivistas. Contudo, nas questões comportamentais o conservadorismo permaneceu estável. Pela ordem, os segmentos sociais e demográficos mais conservadores são: os evangélicos (índice 0,717 e crescendo), os homens (0,706 e em alta) e os menos escolarizados (0,701). Esse comportamento se refletiu institucionalmente, com o avanço das bancadas da bala e a evangélica, que têm atualmente elevada capacidade de veto de políticas públicas progressistas.

Destaca-se assim que o segundo mandato de Dilma Rousseff exigia muito mais articulações. Primeiro, porque perdeu apoio quantitativo; em segundo lugar, porque, em função do avanço dos conservadores, a média da ideologia dos congressistas se distanciava da ideologia da presidente. O governo tinha que reduzir os riscos de cisões em sua base, para não se tornar um governo minoritário, como o de Collor de Melo, que optou por renunciar antes de ser afastado pelo Congresso.

Esse conjunto de características quantitativas e qualitativas do Congresso Nacional possibilitou que, desde a derrota eleitoral, os principais parlamentares da oposição, bem como o candidato a presidente derrotado no segundo turno, o Senador Aécio Neves, articulassem movimentos nos bastidores e nas ruas para afastar a presidente. Os grupos oposicionistas passaram a subordinar o reconhecimento da legitimidade dos resultados eleitorais à implementação, por parte do governo, de medidas que satisfizessem as agendas dos grupos econômicos e políticos que representavam. A eleição do peemedebista Eduardo Cunha para a Presidência da Câmara dos Deputados, em fevereiro de 2015, um ferrenho adversário da presidente, foi outro dos fatores que ampliaram os conflitos na já complexa relação entre o Executivo e o Legislativo eleitos.

QUADRO 1. Pastas, ministros e partidos nos mandatos de Dilma Rousseff (2011 e 2015). (continua...)

Pasta	Janeiro de 2011		Janeiro de 2015	
	Ministro	Partido	Ministro	Partido
Advocacia-Geral da União	Luís Inácio Adams	SP	Luís Inácio Adams	SP
Banco Central do Brasil	Alexandre Tombini	SP	Alexandre Tombini	SP
Casa Civil da Presidência da República	Antônio Palocci	PT	Aloizio Mercadante	PT
Controladoria Geral da União	Jorge Hage	PDT	Valdir Moysés Simão	SP
Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República	Elito Siqueira	SP	Elito Siqueira	SP
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Wagner Rossi	PMDB	Kátia Abreu	PMDB
Ministério da Ciência e Tecnologia [e Inovação]	Aloizio Mercadante	PT	Aldo Rebelo	PC do B
Ministério da Cultura	Ana de Hollanda	SP	Juca Ferreira	PT
Ministério da Defesa	Nelson Jobim	PMDB	Jaques Wagner	PT
Ministério da Educação	Fernando Haddad	PT	Cid Gomes	PROS
Ministério da Fazenda	Guido Mantega	PT	Joaquim Levy	SP
Ministério da Integração Nacional	Fernando Bezerra Coelho	PSB	Gilberto Occhi (deixa o Ministério das Cidades)	PP
Ministério da Justiça	José Eduardo Cardozo	PT	José Eduardo Cardozo	PT
Ministério da Pesca e Aquicultura	Ideli Salvatti	PT	Helder Barbalho	PMDB
Ministério da Previdência Social	Garibaldi Alves Filho	PMDB	Carlos Eduardo Gabas	PT
Ministério da Saúde	Alexandre Padilha	PT	Arthur Chioro	PT
Ministério das Cidades	Mário Negromonte	PP	Gilberto Kassab	PSD
Ministério das Comunicações	Paulo Bernardo Silva	PT	Ricardo Berzoini (deixa a Secretaria de Relações Institucionais)	PT
Ministério das Relações Exteriores	Antonio Patriota	SP	Mauro Vieira	SP
Ministério de Minas e Energia	Edison Lobão	PMDB	Eduardo Braga	PMDB

QUADRO 1. Pastas, ministros e partidos nos mandatos de Dilma Rousseff (2011 e 2015). (...continuação)

Pasta	Janeiro de 2011		Janeiro de 2015	
	Ministro	Partido	Ministro	Partido
Ministério do Desenvolvimento Agrário	Afonso Florence	PT	Patrus Ananias	PT
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Tereza Campello	PT	Tereza Campello	PT
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Fernando Pimentel	PT	Armando Monteiro	PTB
Ministério do Esporte	Orlando Silva Jr.	PC do B	George Hilton	PRB
Ministério do Meio Ambiente	Izabella Teixeira	SP	Izabella Teixeira	SP
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Miriam Belchior	PT	Nelson Barbosa	SP
Ministério do Trabalho e Emprego	Carlos Lupi	PDT	Manoel Dias	PDT
Ministério do Turismo	Pedro Novais	PMDB	Vinicius Lages	PMDB
Ministério dos Transportes	Alfredo Nascimento	PR	Antonio Carlos Rodrigues	PR
Secretaria de Assuntos Estratégicos	Moreira Franco	PMDB	Marcelo Neri	SP
Secretaria de Comunicação Social	Helena Chagas	SP	Thomas Traumann	SP
Secretaria dos Direitos Humanos	Maria do Rosário	PT	Ideli Salvatti	PT
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	Luiza de Bairros	PT	Nilma Lino Gomes	SP
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	Iriny Lopes	PT	Eleonora Menicucci	PT
Secretaria Nacional dos Portos	Leônidas Cristino	PDT	Edson Coelho Araújo	PMDB
Secretaria de Relações Institucionais	Luiz Sérgio Oliveira	PT	Pepe Vargas	PT
Secretária-geral da Presidência	Gilberto Carvalho	PT	Miguel Rossetto	PT

Fonte: Elaborado pela autora.
SP = Sem partido.

Para além do Legislativo, a composição dos ministérios é o espaço em que os votos se transformam em cargos. Os gabinetes tendem a ser um reflexo das bancadas eleitas e há uma associação entre o tamanho das bancadas e o número de pastas distribuídas aos partidos. No presidencialismo brasileiro, as indicações para o ministério podem dar coesão à base para a obtenção de estabilidade política. O ministério é a melhor evidência dos alinhamentos da política brasileira (D'ARAUJO, 2009).

Para equilibrar a composição das bancadas aliadas em seu segundo mandato, o governo de Dilma Rousseff aumentou a participação dos partidos. Mas, para ter uma composição mais plural, o governo teve que diminuir a presença do PT e do PMDB, seus principais apoiadores. Em termos numéricos, sete partidos tiveram ministérios no início do primeiro mandato de Dilma, em janeiro de 2011, contra dez em janeiro de 2015. O PT caiu de dezessete para treze pastas e o PMDB de seis para cinco. Os "sem partido" aumentaram significativamente a participação no governo, dos anteriores sete nomeados em janeiro de 2011 para onze em janeiro de 2015.

Como resultado da recessão, da agitação política e dos escândalos de corrupção, o governo de Dilma Rousseff se tornou profundamente impopular junto aos meios de comunicação brasileiros, ao Congresso e à opinião pública. Mas a presidente não tinha sido acusada de crime de corrupção e, para muitos, era desconfortável que ela fosse afastada do governo por motivos técnicos, e por políticos que eram acusados de delitos muito mais graves. O próprio vice-presidente Temer enfrentava seus próprios desafios legais com Delcídio do Amaral, um ex-senador petista que, ao ser preso, barganhou delação premiada e agitou a elite política, ao testemunhar que Temer foi fundamental na obtenção de postos na Petrobras para inúmeros executivos e empresas que foram acusadas de suborno, lavagem de dinheiro e fraude.

O DEBATE SOBRE O *IMPEACHMENT* NA ESFERA PÚBLICA E NA IMPRENSA

Argumentos pró e contra: a polarização

Ainda que nas pesquisas de opinião cerca de 70% dos brasileiros desejassem a saída da presidente, igual número afirmava que o vice-

-presidente Michel Temer também deveria ser afastado. Durante o processo de julgamento da presidente, a esfera pública foi tomada pelo debate em torno da legalidade das acusações contra Dilma Rousseff: o impeachment era legítimo ou era um golpe dado pelos grupos políticos derrotados? Através do acompanhamento dos debates travados pode-se observar que, ainda que a maioria da população apoiasse o afastamento da chapa eleita, o tema foi bastante polarizado nas redes sociais, *blogs* e comentários de matérias em jornais.

No espaço virtual foram encontradas narrações negativas do gênero nas redes sociais e em publicações produzidas com o claro propósito de desgastar a imagem da presidente. A hashtag #DilmaVaca ficou entre os *trending top* do Twitter em muitas ocasiões (FIGURA 1). O gráfico da ferramenta *TweetReach* mostra a incidência do termo #dilmavaca-no *microblog* na semana que antecedeu aos protestos de 15 de março de 2015 (QUEIROGA, 2015).

FIGURA 1. Tweetreach para #DilmaVaca.
Fonte: *apud* QUEIROGA, 2015.

Destaco alguns aspectos dessa polarização entre apoiadores e opositores do *impeachment*. Um dos tópicos que se destacou favorável era o de que o *impeachment* seria algo natural e produto da "luta entre

as elites", no interior de uma competição democrática. Contudo, os apoiadores da permanência da presidente alegavam que a competição, numa democracia, se estabelece através das eleições livres, decididas num determinado calendário previsto pela Constituição e com regras determinadas antes de sua realização. No caso brasileiro, as eleições presidenciais são realizadas a cada quatro anos, com a participação de partidos livres, em dois turnos. Portanto, essa competição entre as elites já estaria resolvida nas eleições de 2014, com a vitória da chapa encabeçada por Dilma Rousseff.

Outro ponto de vista era o de que o *impeachment* desalojaria do poder o "lulopetismo", que estaria aparelhando o Estado brasileiro e não permitiria que melhores governantes pudessem administrar de modo republicano o país. Em direção oposta, argumentava-se que, independentemente de existir ou não o "lulopetismo", este teria conquistado o Estado seguindo as regras eleitorais. E, fora da normalidade das eleições, qualquer outra forma de escolher as elites políticas compreende uma concepção antiga, conservadora e anti-igualitária de "democracia elitista", no qual a soberania popular é um ideal tão inatingível e o povo é considerado tão incapaz que as classes políticas não precisariam ser alimentadas nem limitadas pelas urnas. Nesse sentido, tratava-se de sublinhar que era uma visão elitista da democracia, no qual o recrutamento da classe política e a alternância do poder são decididos pelas próprias elites, que se podem alternar sem o consentimento do "povo" ou de uma maioria.

Mais um tema trazido foi o de que o *impeachment* seria um "voto de desconfiança", instrumento disponível em sistemas parlamentaristas para que os políticos possam propor uma votação manifestando sua confiança ou desconfiança no primeiro-ministro e, assim, ele pode ser afastado e novas eleições podem ser convocadas. Mas os opositores da tese do *impeachment* objetavam, afirmando que o voto de desconfiança não é previsto no presidencialismo brasileiro. A presidente estava sendo julgada por uma questão técnica e por um congresso cuja parte significativa estava investigada por envolvimento em casos de corrupção, o que seria passível de levar ao questionamento da legitimidade desse processo.

Contudo, a corrupção e a economia foram de longe as narrativas mais empregadas. A necessidade do afastamento decorria da crise econômica

e moral do governo petista. Os parlamentares declaravam, durante as sessões de julgamento, que o país passava por sua mais grave crise econômica e ética e que a única solução seria a retirada da presidente, a fim de pacificar o país, eliminar a corrupção e promover o desenvolvimento econômico. Como as pesquisas demonstravam, parte da opinião pública acreditava que a presidente estava envolvida diretamente na corrupção da Petrobras e que, portanto, deveria ser afastada. A maioria da população desconhecia que o julgamento de Dilma Rousseff se devia a uma questão contábil, as chamadas pedaladas fiscais.

A repercussão do processo de *impeachment* na imprensa

Notou-se um tratamento diferente sobre o tema do *impeachment* na mídia nacional e na internacional. A imprensa nacional fez uma abordagem bastante desequilibrada, com escasso espaço para defesa do Governo Federal. Os meios de comunicação fizeram fortes críticas aos petistas e, em geral, se juntaram às fileiras dos políticos e dos protestos antigoverno em seus editoriais, manchetes e espaços reservados às análises políticas. Ponto ainda pouco analisado foi que parte da imprensa escrita dedicou reportagens nas quais associava o gênero feminino a atributos emocionais negativos. A **IstoÉ**, revista semanal brasileira, em abril de 2016, dedicou sua capa à presidente e afirmou que Dilma Rousseff teve "sucessivas explosões nervosas, quando, além de destempero, exibe total desconexão com a realidade do país" (FIGURA 2). A publicação ainda comparou Dilma a Maria Francisca Isabel Josefa Antônia Gertrudes Rita Joana de Bragança, a primeira rainha do Brasil, que ficou conhecida como "Maria I, a Louca.

A imprensa brasileira, após o *impeachment*, ao contrário de sua atitude durante o processo, não foi muito eufórica com o início do governo Temer. Ela passou a descrever o processo e jorrou informações sobre o perfil dos novos ministros do Governo Temer, muitos deles investigados em casos de corrupção. Mas outra parte da imprensa politizou a narrativa e repercutiu o afastamento de Dilma Rousseff com as lentes do antipetismo.

A imprensa internacional teve cobertura mais equilibrada do processo. Ela reconheceu as dificuldades de gestão de Dilma Rousseff e fez duras

FIGURA 2. Capa da Revista **IstoÉ**, abril 2016.

críticas a ela, mas igualmente desconfiava do processo e dos efeitos do *impeachment*. Foram detectadas três principais razões de desconforto na imprensa internacional:

1. A ausência de "qualidade" moral dos acusadores, envolvidos majoritariamente em corrupção;
2. O fato da pena (afastamento) ser desproporcional à falta cometida;
3. A possibilidade do afastamento aumentar a crise institucional e a instabilidade do país.

No dia seguinte à votação na Câmara dos Deputados, ocorrida em 12 de maio de 2016, o jornal **El País** (Espanha), publicou em editorial uma crítica ao processo, que pode ser resumido da seguinte forma: a confluência dos interesses de Temer com outros personagens de seu próprio partido (Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, o evangélico articulador do *impeachment*, acusado de ter contas na Suíça mantidas com suborno da Petrobras; e Renan Calheiros, presidente do Senado e investigado por corrupção) deu motivos a que os seguidores do PT considerassem todo o processo um "golpe de Estado constitucional" para desalojar a esquerda do poder. O *impeachment* se basearia

num tecnicismo fiscal: a prática de recorrer a empréstimos oriundos de bancos públicos para equilibrar o orçamento.

Do mesmo modo, outros órgãos da imprensa internacional, tais como o **New York Times**, **The Guardian**, **The Economist** e **The Irish Times**, através de seus articulistas e mesmo em editoriais, fizeram críticas ao perfil dos deputados brasileiros e à maneira pouco decorosa com a qual se comportaram para votar uma questão tão séria quanto o afastamento de um presidente. Os votos favoráveis foram baseados em questões alheias ao processo e as justificativas foram de fundo privado, tais como "por Deus", "pela Família", "pelos netos e esposos (as)", etc. A imprensa internacional se surpreendeu ainda com a fala do Deputado Bolsonaro, ex-militar, cujo voto em favor do *impeachment* foi feito em homenagem a um torturador da ditadura militar brasileira. As críticas também advieram do fato de as razões técnicas não serem debatidas posteriormente na votação do Senado.

Para a **The Economist**, a acusação que era a base do julgamento de *impeachment* de Dilma Rousseff era tão irrisória, que se podia contar os poucos congressistas que mencionaram as razões do julgamento em suas falas de dez segundos (QUADRO 2). A publicação afirmava que se Dilma Rousseff fosse deposta por uma tecnicalidade, o vice-presidente Temer teria que lutar para ser visto como legítimo. De acordo com a revista, uma das razões para os políticos estarem em tantos apuros era a existência de uma nova e mais bem-educada classe média que se recusava a tolerar a impunidade dos políticos. Todavia, muitas das leis usadas para punir corruptos foram instituídas pelo próprio governo de Rousseff. E a revista finaliza afirmando que "há uma boa chance de que o Brasil esteja condenado a ter que lidar com uma nova geração de líderes desacreditados".

O assunto foi também objeto de discussão na reunião plenária no parlamento português. Uma deputada do "Bloco de Esquerda" denunciou aquilo que denominou como "golpe parlamentar no Brasil" e afirmou, a respeito dos políticos brasileiros que votaram pelo sim, que "o discurso de transparência não tem legitimidade na boca de corrupto".

O impeachment teve repercussão internacional. As críticas vieram de políticos da Alemanha, Itália, França, Espanha, Chile e Uruguai, de relevantes partidos e líderes que governam ou governaram seus países:

QUADRO 2. Lista de motivos listados pela **The Economist** para o voto favorável à aceitação do processo de impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados em 17 de abril de 2016. (continua...)

Pelo nascimento da minha neta	Pelo setor que mais gera riqueza: o agronegócio
Pelas fundações do Cristianismo	Pelo meu filho Breno e minha amada polícia militar de São Paulo
Por Bruno e Felipe	Pelos militares de 1964
Pelos maçons do Brasil	Para que não fiquemos vermelhos como a Venezuela e a Coreia do Norte
Pelos produtores rurais, porque se eles não plantarem não haverá almoço nem jantar	Pelos 78 anos do meu pai que me ensinou os princípios da palavra de Deus
Por causa da proposta de que crianças possam ser submetidas a procedimentos de mudança de sexo quando ainda estiverem na escola	Por Sandra, por Érica, por Vítor, por Jorge e por meu neto que está chegando
Pelo fim do desemprego e da vagabundagem remunerada	Pelo meu estado de São Paulo, governado há mais de 20 anos por políticos honestos do meu partido
Pela congregação da Quadrangular	Pela minha esposa e filha, que representam meu principal eleitorado
Pelos idosos e pelas crianças	Como tributo às minhas únicas e maiores riquezas, minhas filhas
Pelo fim da dependência do Estado de Bem-Estar	Pelo fim dos coronéis
Pela minha mãe Lucimar	Por aqueles das forças armadas que agora são pensionistas sem um salário
Pela renovação carismática	Em tributo ao meu pai Roberto Jefferson
Pelos médicos brasileiros	Por Carlos Alberto Brilhante Ulstra, o Terror de Dilma
Para colocar um fim na CUT e nos seus marginais	Pelos que vivem nas ruas, que nascem nas ruas e morrem nas ruas
Pelo amor ao meu país	Para que nenhuma nação se levante contra o estado de Israel
Pelo fim do escândalo da Petrobrás e daqueles que lucraram com isso	Pela ciência e tecnologia
Pela República de Curitiba	Pela minha esposa Mariana e minha pequena filha Mariana
Pela memória de meu pai	Contra a ditadura Bolivariana
Por Campo Grande, a morena mais linda do Brasil	Pelos caminhoneiros
Pelo controle de armas	Pela liberdade e pela moralidade
Por causa do comunismo que ameaça esse país	Pela honra das pessoas de Minas Gerais
Pelo povo destemido e pioneiro do estado de Rondônia	Pela Canção Nova; pelos brasileiros que vivem nas drogas

QUADRO 2. Lista de motivos listados pela **The Economist** para o voto favorável à aceitação do processo de impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados em 17 de abril de 2016. (...continuação)

Pela BR 429	Por minha tia Eurides, que cuidou de mim e me criou quando pequeno
Por todos os agentes de seguros	Por você, mãe
Pela minha filha Manoela que vai nascer	Pelas tradições libertárias de Minas Gerais
Pela minha mãe de 93 anos que está em casa	Eu esqueci de mencionar meu filho. Por você, Paulo Henrique! Beijos!
Em homenagem ao dia da fundação da minha cidade	Pelo hospital do câncer
Pela paz em Jerusalém	Em tributo às vítimas da BR 251
Pelo melhor estado, Tocantins	Pela honra da bandeira de Minas Gerais
Por minha mãe, que está lutando por sua vida nesse momento	Eu sou líder da maioria e não o líder da minoria

Fonte: **The Economist** (2016). (Tradução da autora).

SDP (Partido Social Democrata Alemão), que faz parte da atual coalizão de governo de Angela Merkel, Zapatero (PSOE e ex-presidente da Espanha), Partido Socialista Chileno (da atual Presidente Bachelet), PS (Partido Socialista Francês, do atual presidente François Hollande), o atual primeiro ministro da Itália, do Partido Democrático, e também do ex-presidente Mujica (Uruguai). Artistas brasileiros realizaram inúmeras manifestações contrárias (Cannes e Minc, por exemplo) e o intelectual norte-americano Noam Chowsky se manifestou: "nós temos um líder político que não roubou para enriquecer a si próprio e que está sendo acusado por uma gangue de ladrões que o fizeram. Isso é uma espécie de golpe suave".

Em declaração à imprensa, Joaquim Barbosa, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal – STF – também criticou o processo:

> mas o que pouca gente sabe, e os que sabem fingem não saber, é o seguinte: *impeachment* é uma bomba! É um mecanismo legítimo, mas traumático; necessário, mas deve ser usado com precisão quase científica. Regenerador em alguns casos, mas em outros pode se revelar destrutivo, convulsivo, provocador de "rachas" duradouros na sociedade. (Joaquim Barbosa citado por AFFONSO e MACEDO, 2016).

Assim opinou Barbosa em um evento realizado no Brasil. Contudo, a despeito dessas críticas por parte da imprensa internacional, a mídia brasileira em geral aceitou e mesmo aderiu ao *impeachment* da presidente

Aprovado o *impeachment*, o lema "Pátria Educadora", do antigo governo, foi substituído por "Ordem e Progresso", com base no Positivismo. O logotipo escolhido pelo governo de Michel Temer se baseou em uma versão desatualizada da bandeira do Brasil, que vigorou entre 1960-1968. No símbolo apresentado pelo Governo Temer, não estavam representados os Estados do Acre, Amapá, Roraima, Rondônia e Tocantins. As estrelas estavam na mesma posição em que se encontravam no céu do Rio de Janeiro, na manhã de 15 de novembro de 1889. E, no pronunciamento de sua posse, Temer definiu assim as suas metas: "vamos construir a democracia de eficiência".

FIGURA 3. Logotipo do Governo Michel Temer.

Com a saída de Dilma Rousseff, os grupos ideologicamente orientados à direita passaram a ocupar pastas centrais no governo. O Ministro da Justiça, um ex-advogado do PCC (e também do deputado Eduardo Cunha, como noticiado) declarou à imprensa que iria combater a "guerrilha produzida pela esquerda violenta". Os setores do mercado e empresariais vinculados à Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – pressionam o governo por medidas econômicas mais duras e pela reforma na legislação trabalhista. O presidente Temer convidou o Movimento Brasil Livre (MBL), um grupo de direita radical organizado nas redes sociais, para auxiliá-lo; os evangélicos avançaram em

postos governamentais e em comissões do Congresso, e as secretarias vinculadas aos direitos humanos perderam sua relevância.

Após assumir no lugar de Dilma Rousseff, as pesquisas revelavam que apenas 2% dos brasileiros votariam nele nas eleições de 2018, de acordo com o Datafolha, colocando-o bem atrás de potenciais candidatos, como Lula (PT) e Jair Bolsonaro (PSC), congressista ultraconservador do Rio de Janeiro. Apesar da impopularidade alta, Temer passou a anunciar medidas econômicas impopulares. Durante a apresentação da proposta de flexibilização das leis de trabalho, apresentada em 22 de dezembro de 2016, em entrevista concedida à imprensa, o presidente disse que não se importava com a impopularidade e o futuro iria revelar a verdade.

A rapidez com que ministérios relacionados aos direitos humanos foram desmontados pelo Governo Temer, juntamente com as instituições de controle (como o caso da CGU – Controladoria Geral da União) –, reforçou as análises que apontavam que o *impeachment* podia ser entendido em três direções: primeiro, o desmantelamento das poucas medidas de bem-estar social que estavam se tornando políticas de Estado, tais como programas relacionados à saúde, educação e minorias. A agenda da inclusão e dos direitos deixou de ser apreciada na gestão do governo Temer, que propôs o congelamento dos gastos públicos por vinte anos, através de um Projeto de Emenda Constitucional; a Reforma da Previdência, além de apresentar medidas que flexibilizam a legislação do trabalho e os direitos trabalhistas e reduzem os investimentos em políticas públicas e sociais.

Em segundo lugar, são reforçados os diagnósticos dos analistas que afirmavam que o fim último do afastamento seria a imposição de uma agenda neoliberal por parte dos grupos derrotados nas eleições de 2014, como pode ser visto pelas medidas de "enxugamento" da máquina e privatização da infraestrutura, propostos pelos ministros escolhidos por Temer. Até o momento, diversas medidas de redução do Estado foram sugeridas, como privatização dos aeroportos, demissão e aposentadoria de milhares de empregados do Banco do Brasil, entre outras.

E também foi se tornando cada vez mais demonstrada a teoria de que o *impeachment* representava proteção dos políticos e defesa corporativa, uma vez que as investigações de corrupção se aproximavam cada

vez mais do PMDB, do PSDB e dos demais partidos. Muitos quadros de todos os partidos políticos averiguados por prática de corrupção passaram a ter foro privilegiado, ao serem alçados a autoridades governamentais. Atualmente, até mesmo os presidentes, bem como seus principais auxiliares, foram citados como participantes de esquemas de corrupção, pelos executivos da construtora Odebrecht que assinaram um acordo de delação.

Em síntese, o afastamento da presidente levou a que muitos políticos investigados por corrupção liderassem uma agenda econômica neoliberal de Estado mínimo, sustentados por uma composição ministerial sem representação de gênero, com a principal preocupação de cortar gastos e reduzir a máquina do Estado. Os escândalos de corrupção aumentaram, a crise econômica foi acentuada e a impopularidade do governo permaneceu alta. A combinação dessas agendas – corrupção, crise econômica e reformas privatizantes e impopulares, realizadas sob um governo com legitimidade reduzida – tanto pode mobilizar o país como pode gerar apatia política, em função de as expectativas positivas pela saída de Dilma Rousseff terem sido frustradas, à vista dos resultados do governo Temer.

GOVERNABILIDADE E REPRESENTATIVIDADE: INSULAMENTO BUROCRÁTICO E CARTELIZAÇÃO

A crise política brasileira pode ser interpretada como uma crise produzida pela "ausência de política" no modelo de gestão do Executivo e nas suas relações com o Legislativo. A primeira foi a insuficiência ou a impossibilidade de realizar articulações políticas por parte do governo federal para produzir governabilidade. A segunda é dada pela crise de representatividade dos partidos políticos. A governabilidade supõe a garantia de estabilidade, produzida pelas relações do Executivo com o Congresso. Porém, desde o início do segundo mandato de Dilma Rousseff, notou-se o aprofundamento da crise no modelo do "presidencialismo de coalizão". Esse modelo de relação com o Legislativo pode ser lido como a distribuição de recursos e cargos aos partidos da base aliada, composta por variados políticos de distintas ideologias.

Contudo, as preferências políticas dos congressistas se aproximavam mais do centro-direita e se distanciavam dos projetos de centro-esquerda do Executivo. A alta fragmentação do Congresso, a redução da base de apoio no Legislativo e as fissuras internas no PMDB exigiam um complexo esforço político para convencer os parlamentares a apoiar as medidas propostas pelo Executivo. Além disso, com a redução da arrecadação do Estado, os recursos econômicos arrefeceram e as margens para efetivar trocas em nome de apoio político ao Executivo foram reduzidos. Com isso, tem-se o aumento da deserção da base aliada.

A outra "crise na política" se revela na forma de gerenciamento da administração pública. Nossa hipótese é a de que predominou, desde o primeiro mandato da presidente Dilma, a instauração de uma gestão baseado no insulamento burocrático como a principal forma de intermediação com a sociedade e de gerência do Estado. Essa gramática pode ser interpretada como um processo de proteção do núcleo técnico do Estado contra a ingerência oriunda do público ou de outras organizações intermediárias. Ele se caracteriza por maior independência em relação aos controles político ou social, promove ações para proteger a elite tecnoburocrática e dá a ela alta autonomia. O insulamento burocrático enfatiza o Estado como o gestor da sociedade civil e é uma resposta ao clientelismo e uma forma pela qual as elites modernizantes promovem o controle do Estado.

Menos democrático, mais técnico e mais distante da sociedade, o insulamento burocrático supõe o afastamento da política, pela percepção negativa dessa esfera e pela valorização de especialistas na condução das políticas "modernizantes". O paradoxo é que as relações Executivo-Legislativo no presidencialismo de coalização são marcadas por diversas gramáticas, inclusive pelo clientelismo, que se opõe ao insulamento burocrático. O clientelismo político se configura como um conjunto de redes personalistas envolvendo uma pirâmide de redes sociais, uso privado dos recursos do Estado e um sistema de "corretagem política". A sua arena é o Legislativo. Esse embate entre intermediação clientelista, desejada por grande parte do Congresso, e uma gestão de características mais tecnoburocráticas aumentou as áreas de conflito entre o Legislativo e o Executivo. Diferentemente dos governos anteriores, a

presidente Dilma e seu núcleo político tiveram bastantes dificuldades para coordenar esses conflitos e dar coesão à base aliada.

Para atenuar as dificuldades suscitadas pelo insulamento burocrático – a redução da capacidade de atender aos interesses coletivos –, o Estado precisa estar socialmente inserido. Essa inserção provém do alargamento dos canais de participação social decorrente do processo de democratização. Assim, chegamos a outra face da crise política: a descrença na participação eleitoral, uma vez que foi se tornando crescente a desconfiança nos partidos e na eficácia da participação através dos partidos políticos. A outra fisionomia da ausência da política que levou à "crise da política" é a falta de representatividade dos partidos políticos (GRÁFICO 6).

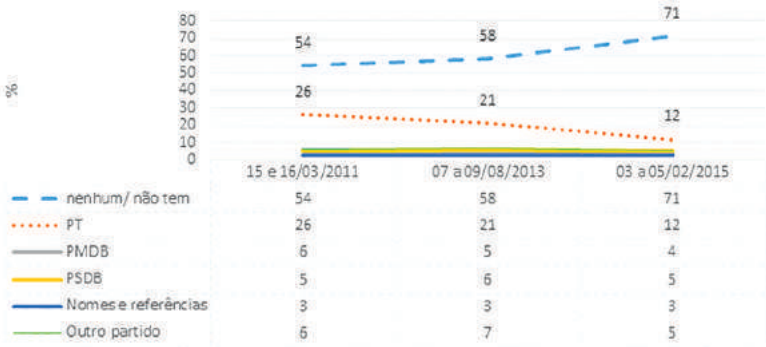

GRÁFICO 6. Identidade partidária no Brasil (2011-2015).
Fonte: Datafolha.

O Brasil sempre teve partidos com pouca definição programática e que sobreviviam em um sistema partidário em fase de institucionalização. Com o aumento do volume de notícias sobre a corrupção, os apartidários atingiram 71% da população em fevereiro de 2015. O único fator conjuntural novo que pode explicar a queda abrupta da preferência partidária – de cerca de 50% em dezembro de 2014 para apenas 30% em fevereiro de 2015 – são os escândalos midiáticos de corrupção.

Junto com tais escândalos, é notável que os partidos políticos têm falhado na função de representação e têm se aproximado de modelos de partidos do tipo "cartel", cada vez mais dependentes de recursos

governamentais para sobreviverem eleitoralmente. Para Katz e Mair (2008), os laços estatais são cruciais ao ponto em que há poucas dúvidas acerca da dependência dos partidos em relação ao Estado. Levando ao extremo, os vínculos estatais são firmes o suficiente para se imaginar o partido como parte do Estado: uma entidade paraestatal. E a sociedade? O partido passa a utilizar o Estado como agente intermediário entre ele e a sociedade, atendendo demandas de eleitores, associações, grupos de interesse etc. Portanto, se há maior partidarização do Estado (a partidocracia), menor é a partidarização da sociedade.

Os partidos políticos brasileiros, seguindo uma tendência encontrada em diversos outros países, passaram a cumprir mais a função de governar e representar interesses múltiplos (e díspares) de grupos políticos de dentro do governo e da burocracia estatal, do que a de expressar interesses da sociedade e representar segmentos de opinião ou de grupos sociais e identitários. O congelamento dos partidos resultou em pouca renovação nos seus quadros e baixo recrutamento de novas lideranças.

Um exemplo da cartelização dos partidos é a redução da preferência pelo PMDB, que vem caindo desde os anos 1980. Mas ainda assim o PMDB continua a ser um importante ator no Congresso Nacional e imprescindível para manter a governabilidade. Há indícios de que a cartelização pode ser encontrada também no PSDB, que governa o Estado de São Paulo há quase duas décadas e que se utiliza mais de recursos advindos de cargos para ganhar eleições, do que privilegiando a produção de vínculos com os eleitores. A identidade com o PSDB pouco cresceu durante o longo período em que os tucanos dirigiram São Paulo, embora ele tenha obtido sempre novas prefeituras em todo o Estado.

Essa tendência de cartelização ocorre mesmo no PT que, após a sua participação na administração federal, sofreu pouca renovação em seus quadros e para seduzir eleitores tornou-se cada vez mais dependente dos recursos políticos e financeiros advindos da ocupação de postos políticos. No PT, partido que historicamente possuía uma conexão maior com a sociedade, essa reduzida renovação comprometeu o surgimento de novos líderes e de quadros mais sintonizados com os novos coletivos e *issues,* o que levou a legenda a ser bastante dependente da memória dos governos lulistas e da liderança do ex-presidente Lula. O afastamento

gradual do petismo da sociedade e a redução de vínculos sólidos com suas bases tradicionais, somados às inúmeras denúncias de corrupção contra a presidente Dilma e o ex-presidente Lula aumentaram a distância entre governo e eleitores, que passaram a demonstrar suspeições em relação à legitimidade da classe política. Afastados de seus eleitores e cada vez mais enclausurados no Estado, o governo e seu principal partido de sustentação não conseguiram elaborar uma comunicação rápida para responder às acusações de corrupção que circulavam na esfera pública.

Interpretar uma crise política é algo complexo, porque existem várias hipóteses que circulam num momento em que ainda permanece e mesmo se agrava a crise. O ponto de vista aqui é o de que a crise política no Brasil foi produzida pela ausência de política, tanto por parte dos partidos, quanto por parte dos executivos. A crise existe porque a política se encontra ausente nas articulações com a sociedade e no interior do Congresso. A política foi substituída pela economia; e a política programática que planeja uma ideia de Estado e de país foi sendo gradualmente trocada por interesses eleitorais de curto prazo.

PROTESTOS ANTIGOVERNO: O CONSERVADORISMO RENOVADO

Um outro fator que pode ser introduzido para explicar a crise política é a substituição dos debates políticos pela questão da corrupção, vista não mais como um problema institucional, mas como um problema moral. A corrupção, apesar de ser recorrente no Brasil, em diversas campanhas e em diversos discursos, somente recentemente passou a ser importante para organizar as ruas, pautar os eleitores e ter impacto efetivo sobre a popularidade dos políticos. Por que apenas ultimamente um tema que é tão antigo na política brasileira foi capaz de afetar, desde janeiro de 2015, de modo muito forte, a popularidade da presidente?

A primeira resposta é que na "ausência da política" o discurso da corrupção se tornou um eixo organizativo da crise política. A corrupção emergiu como o principal tema da opinião pública, dos discursos dos políticos e da mídia e foi a justificativa encontrada para a oposição mobilizar seus eleitores em inúmeros protestos antigoverno, realizados entre 2015 a 2016. Eles ocorreram não apenas nas ruas, mas no espaço

virtual, onde existe uma enorme polarização. Essas manifestações indicam também a dilatação de um pensamento conservador importante para a construção do discurso da crise política, uma vez que os conservadores passaram a questionar a legitimidade das propostas e programas mais progressistas defendidos pelo governo de Dilma Rousseff.

Uma nova Direita, articulada nos protestos antigoverno, passou a agendar a opinião pública, sem que o governo reagisse com eficácia na comunicação institucional. O crescimento da direita conservadora não é exclusivo do Brasil. Também na Europa o eixo de expansão desses grupos em pequenos partidos insurgentes tem sido constante, fenômeno que se repete nos Estados Unidos, com o Tea Party e com a vitória de Trump. Tais grupos dizem que pretendem "devolver a democracia ao povo" e se articulam através de redes sociais.

No Brasil, são considerados conservadores os partidos que extraem suas bases principais das camadas superiores da sociedade, constituindo-se a família de partidos que mais sobreviveu no sistema político brasileiro. Eles são adaptáveis; diferenciáveis dentro de sua própria espécie, ora fazendo um discurso para as elites, mas também se posicionando entre os pobres. Possuem características ideológicas diferentes: defendem uma política econômica liberal e se posicionam em relação à segurança pública, ao aborto e à moral. Para Mainwaring, Meneguello e Power (2000), os conservadores brasileiros se empenham menos em assegurar que os pobres desfrutem de iguais direitos de cidadania, como igual acesso ao sistema legal, e possuem políticas pró-mercado. E a representação institucional desses grupos sempre supôs que o mandato parlamentar não pertence ao partido, mas ao candidato.

Do ponto de vista programático, Mainwaring e seus colegas afirmam que as políticas da família dos conservadores cobrem uma agenda pró-mercado e moral, tais como: são favoráveis a uma economia pró-mercado; mais abertos ao capital estrangeiro; mais adeptos ao enxugamento do Estado; a favor de políticas neoliberais; veem o crescimento dos encargos sociais, a inovação das leis ambientais e o aumento dos direitos trabalhistas como restrições indesejáveis ao crescimento econômico; são opositores à reforma agrária e ao Movimento Sem Terra; sustentam posições inflexíveis quanto a crimes e mais flexíveis a violações

de direitos humanos; são contrários ao aborto e contra a igualdade de direitos para homossexuais. Em 1997, 56% dos parlamentares se identificavam como liberais.

As propostas programáticas dos conservadores têm a mesma raiz, mas eles não são grupos homogêneos. Eles se assemelham em alguns aspectos, tais como a agenda pró-mercado, e sofreram alterações na questão moral. Através de *surveys* realizados pelo Grupo Opinião Pública[1] em Belo Horizonte, pode ser observado que, dentre os manifestantes que foram às ruas protestar contra o governo em 2015 e 2016, existia uma profunda indignação pela corrupção e insatisfação com a política. Mas, eles foram às ruas também para pedir o afastamento da presidente Dilma e pedir a saída do PT. Contudo, mais do que a corrupção, os índices construídos para avaliar esse grupo que protestou permitiram concluir que o que conectava esse público era um sentimento antipetista.

E, quando perguntado para esse público – mais escolarizado, formado mais por pessoas brancas e 57% com nível superior etc. – qual é o seu posicionamento ideológico, eles respondem espontaneamente que são de centro-direita. Tal como a família antiga dos conservadores, eles têm resistência às políticas e aos programas inclusivos, o que pode ser demonstrados pelo desacordo em relação aos programas de inclusão por cotas, uma adesão à hierarquia territorial – na medida em que parte significativa dos que saíram para as ruas para protestar a favor do impeachment considerava que os pobres não têm consciência política para votar e que os nordestinos também teriam menos capacidade cognitiva –, e um anti-igualitaríssimo.

Tanto quanto os antigos partidos conservadores, os manifestantes prezam a liberdade individual e a econômica, avaliam que os impostos atuais são muito altos e estão de acordo que o direito de propriedade é fundamental. Além disso, grande parte rechaça a redistribuição fundiária, como a reforma agrária. Consideram, ainda, que o principal problema do Brasil, para além das questões econômicas – a crise econômica é uma preocupação minoritária a ponto de apenas 3,7% –, é o fato de a corrupção estar assolando o país. O crescimento de uma nova direita no Brasil, que aparece no perfil dos manifestantes antigoverno, se expressa

[1] http://opiniaopublica.ufmg.br/site/pesquisas/concluidas.

em uma forte resistência a políticas de bem-estar inclusivas que foram produzidas ao longo das administrações federais. Eles possuem semelhanças com os antigos conservadores, no apoio às políticas punitivistas, ou seja, o direito a portar armas, a redução da maioridade, a defesa da pena de morte, mas são mais liberais em termos morais.

Foi também verificada a dimensão da democracia nesses protestos, tendo em vista que os indivíduos que dele participavam apoiavam o direito às manifestações públicas. Uma dimensão importante da democracia é a questão de seu procedimento. E se sabe que o maior nível de satisfação com o desempenho do governo aumenta a crença de que os partidos representam os eleitores. O Latino barômetro[2] de 2015 já demonstra que, hoje, o Brasil só perde para o México no quesito "satisfação com o funcionamento da democracia". Os dados dessa pesquisa já advertem sobre o extremo desgosto dos brasileiros, que ocupam a penúltima posição com a variável "satisfação do funcionamento da democracia". Apenas 21% dos brasileiros dizem estar satisfeitos com a atuação da democracia nos país, enquanto a média na América Latina é de 37% e na Venezuela é de 30%.

Alguns estudos realizados pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) em 2004, em dezoito países da América Latina – Cone Sul, Mercosul, países andinos etc. –, revelou três perfis políticos: democratas, ambivalentes e autoritários. Os autoritários consideram que atingir o desenvolvimento econômico é mais importante do que preservar a democracia; e os democratas acham que a democracia é algo indispensável em qualquer condição. Grande parte dos latino-americanos é de perfil ambivalente, ou seja, prefere o desenvolvimento à democracia e retiraria seu apoio a um governo democrático se ele fosse incapaz de resolver os seus problemas econômicos[3]. Os ambivalentes encontrados na América Latina, em geral, têm conceitos mais delegatórios de democracia, concordam com a democracia, desde que a situação não seja de desordem.

O **Latino barômetro** de 2015 apresenta duas questões muito im-

[2] http://www.latinobarometro.org/lat.jsp.

[3] http://www.br.undp.org/.

portantes para pensar não só os manifestantes antigoverno, mas o pensamento médio da sociedade brasileira: o desejo de um "líder", algo evocado pelos eleitores e, ao mesmo tempo, um alto grau de acordo com a frase "as Forças Armadas deveriam governar", afirmativa que foi aceita por quase 30% dos brasileiros. Entre os manifestantes antigoverno, também se observa que 50%, aferidos em abril, e quase 50% aferidos em agosto de 2015, concordavam que, em situação de muita desordem, os militares poderiam ser chamados a tomar o poder. O alto percentual de apoio ambivalente à democracia é algo importante, sobretudo porque, entre os manifestantes antigoverno, as Forças Armadas eram a instituição que gozavam de maior credibilidade.

CONCLUSÃO

Pode-se refletir sobre a crise a partir das instituições e da esfera pública. Nas instituições, existiram duas crises, ambas produzidas pela ausência da política. No Congresso a crise política foi intensificada pela maior dispersão das legendas; pela maior intensidade das preferências dos quadros eleitos por políticas mais conservadoras do ponto de vista moral e pela agenda pró-mercado; um aumento da polarização e uma legislatura com parlamentares distantes das preferências políticas reveladas pelo chefe do Executivo. O Executivo também passava por uma crise produzida pela "falta de política", devido à instauração, desde o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, de um modelo de gestão mais tecnoburocrático. Em síntese, a origem da crise política teve relação com a crise do modelo do presidencialismo de coalizão e uma crise de gestão que optou por um modelo do insulamento burocrático.

Mas o primeiro resultado da crise política – o afastamento da presidente eleita em 2014 –, somente foi possível porque Dilma Rousseff perdeu a maioria no Congresso Nacional e seu governo não contava com a simpatia dos meios de comunicação, que a criticaram durante todo o processo, com cobertura bastante negativa acerca de suas políticas públicas e de seus atributos individuais e funcionais.

Outro resultado da crise política foi a vitória institucional dos conservadores e dos grupos de oposição que passaram a ter a maioria do

Congresso e a Presidência da República. Do ponto de vista dos partidos de oposição, desde a derrota eleitoral, os principais líderes articularam a retirada da presidente. Tendo em vista que existe uma parte dos líderes políticos portadores de um perfil de "democratas ambíguos", eles aceitam a democracia, mas questionaram ao mesmo tempo, desde o ano de 2014, o próprio processo eleitoral, as urnas etc. Nas ruas, os grupos oposicionistas se organizaram a partir das redes sociais. Os protestos contribuíram para formar uma opinião negativa contra o governo e deram aos congressistas o argumento de votar pelo *impeachment* em nome das "vozes das ruas".

Na opinião pública, o principal efeito da crise foi a insatisfação generalizada com a classe política e com os partidos. Os índices de preferência partidária foram bruscamente reduzidos e notou-se o crescimento do apartidarismo e do antipartidarismo, além da intensificação do antipetismo. O antipartidarismo é em grande parte promovido pela ampliação da percepção generalizada de corrupção nos agentes políticos e econômicos, mas também pelo *gap* entre as inconsistências das promessas dos partidos e a alta expectativa que os eleitores tinham em relação à eficácia das instituições, das elites políticas em geral e dos programas declarados pela presidente, que não foram cumpridos. Esse quadro de "*que se vayan todo*" poderá vir a gerar questionamentos na própria legitimidade das instituições democráticas.

Inúmeros analistas alertaram que remover a presidente teria consequências graves para o processo político brasileiro. Um processo de *impeachment* é um julgamento jurídico-político reservado a um crime de responsabilidade atribuído ao presidente da República. Mas a destituição de um presidente, apenas como resultado de uma mudança no equilíbrio político de um governo de coalizão, pode ser configurada como um golpe? Do meu ponto de vista é um golpe civil, pois não houve envolvimento das Forças Armadas. Contudo, é um golpe parlamentar porque foi produzido por uma falha técnico-administrativa fora de proporção com a punição. O que se assistiu foi um processo de destituição e de desestabilização institucional no Brasil. O *impeachment*, da maneira casuística como foi feito, produziu um trauma institucional de difícil recuperação, e pode colocar em jogo a ordem constitucional de 1988 e afetar a região latino-americana.

Na América Latina, sempre que ocorrem crises econômicas, elas se associam a crises políticas e declínio da democracia. No pós-*impeachment*, temos poucas lideranças nacionais que articulem a sociedade e a sua relação com o Estado e com o mercado. Além disso, as estruturas partidárias estão congeladas, oligarquizadas, cartelizados e com pouca articulação democrática com a sociedade civil. É um período de tensão constante entre o Congresso Nacional e o Judiciário, caracterizando-se também uma crise institucional de definições incertas. Não estaríamos longe de ter a presença de *outsiders* populistas civis e predominância de candidatos e líderes portadores de discursos contra a política nas próximas eleições para presidente. A emergência desses *outsiders* pode ser a outra face da crise da política: a vez dos políticos que combatem a política e que buscam no capital convertido, acumulado em esferas não políticas (empresas, mídia, religião), o sucesso na política.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, Julia; MACEDO, Fausto. 'Impeachment é uma bomba', diz Joaquim Barbosa. **Estadão**. São Paulo, 23 abr. 2016. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/impeachment-e-uma-bomba-diz-joaquim-barbosa/>. Acesso em 23 set. 2017.

ALCÂNTARA, Manuel Sáez; FREIDENBERG, Flávia. Partidos políticos na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, 2002, v. 8, n. 2, p. 137-157.

D'ARAUJO, Maria Celina. Os ministros da Nova República; notas para entender a democractização do Poder Executivo. **II Congresso Consad de Gestão Pública**. Brasília, maio 2009. Disponível em: <http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/Material_%20CONSAD/paineis_II_congresso_consad/painel_60/os_ministros_da_nova_republica.pdf>. Acesso em 23 set. 2017.

DATAFOLHA Instituto de Pesquisa. 47% foram à Avenida Paulista em 15 de março protestar contra a corrupção. São Paulo, 17 mar. 2015. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/03/1604284-47-foram-a-avenida-paulista--em-15-de-marco-protestar-contra-a-corrupcao.shtml>. Acesso em: 23 set. 2017.

GARCIA, Maurício Tadeu. A eleição para deputados em 2014; uma nova Câmara, um novo país. **Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 102-124, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://revistapmkt.com.br/Portals/9/Revistas/v9n2/3%20-%20A%20elei%C3%A7%C3%A3o%20para%20deputado%20em%202014%20-%20Uma%20nova%20c%C3%A2mara,%20um%20novo%20pa%C3%ADs.pdf>. Acesso em 23 set. 2017.

LEWIS-BECH, Michael S.; STEGMAIER, Mary. The Economic Vote in Transitional Democracies, **Journal of Elections, Public Opinion & Parties**, Aug. 2008, v. 18, n. 3, p.303-323.

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. La transformation des modèles d'organisation et de démocratie dans les partis: L'émergence du parti-cartel. In: AUCANTE, Yohann; DÉZÉ, Alexandre (Dir.) **Les systèmes de partis dans les démocraties occidentales**; le modèle du parti-cartel en question. Paris: Presses de Sciences Po, 2008.

MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timothy. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MORENO, Alejandro.Corruption and democracy: a cultural assessment. **Comparative Sociology**, v. 1, n. 3-4, p. 495-507.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

QUEIROGA, Louise. Igualdade de gêneros apenas em 2086? **Sobretudo**. 16 mar. 2015. Disponível em: <https://jornalismosobretudo.wordpress.com/2015/03/16/igualdade-de-generos-apenas-em-2086/>. Acesso em 23 set. 2017.

TELLES, Helcimara de Souza. Corrupção, legitimidade democrática e protestos: o boom da direita na política nacional?. **Interesse Nacional**, v. 8, p. 28-46, 2015.

TELLES, Helcimara de Souza; SAMPAIO, T.; Silva. Os limites da agenda-setting na popularidade do presidente: consumo de notícias e escolaridade na avaliação do governo Dilma Rousseff (2013). **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 119-142, set./dez. 2015.

TELLES, Helcimara de Souza; MUNDIM, Pedro Santos. Movilidad cognitiva y religión: paradojas del voto a Marina Silva en las elecciones presidenciales brasileñas de 2010. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 35, n. 3, p. 509-536, 2015.

THE ECONOMIST. Why vote to impeach Dilma Rousseff. London, Apr. 18th. 2016. Disponível em: <http://www.economist.com/news/americas/21697095-hardly-any-federal-deputies-favour-impeachment-gave-stated-charges-their>. Acesso em 23 set. 2017.

TOLEDO, José Roberto de. Conservadorismo na medida. **Estadão**. São Paulo, 22 dez. 2016. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/vox-publica/conservadorismo-na-medida/>. Acesso em 23 set. 2017.

Pacto social para sair da crise que atinge a própria democracia

Maria Eulália Alvarenga*

Nos últimos três anos, o Brasil tem enfrentado uma grave crise econômica, talvez a maior de sua história (ROSSI e MELLO, 2017). A solução adotada para a saída da crise tem sido a adoção de políticas estritamente neoliberais.

Com a ascensão de Michel Temer à Presidência da República, foi possível colocar em prática uma agenda de contrarreformas que não teriam nenhuma chance de sair vencedoras em um processo eleitoral, posto que visam à redefinição do modelo do Estado brasileiro, de forma a abrir caminho para a redução de investimentos em direitos básicos (saúde, educação, previdência etc.), para abrir mais mercados para a atuação do setor privado, ou seja, a privatização do Estado brasileiro em todos os níveis. Com a implementação dessas contrarreformas garante-se a execução de uma agenda de política econômica que mantém intocáveis o patrimônio e a renda dos ricos, e a conta da crise recai sobre a população, principalmente sobre os mais pobres.

Vale ressaltar que políticas de caráter neoliberal têm ganhado terreno nos demais entes federados (Estados e Municípios), sendo que, nas últimas eleições municipais, em diversas cidades, figuras alinhadas a ideologias neoliberais, ganharam disputas com base na defesa de uma dita "boa gestão" espelhada em modelos empresariais, em contrapartida

* Texto produzido com a colaboração de Rafael Machado, geógrafo, engenheiro ambiental e urbano, militante do movimento Política Econômica da Maioria – POEMA.

à "dita" ineficiência e corrupção do setor público. Ignora-se, portanto, que a corrupção do setor público tem relação direta com os interesses do setor privado.

O presente artigo tem por objetivo apresentar alguns temas que podem servir para debates que buscam um novo rumo para o nosso país. Os temas que serão discutidos se referem à política econômica em curso, aspectos relativos à dívida pública, exploração de minérios e a política tributária.

A POLÍTICA ECONÔMICA E SEUS FUNDAMENTOS

A política econômica em vigor a partir de 1999 no país está fundamentada em um tripé: metas de inflação; câmbio flutuante e superávit primário (CASTRO, 2016). Essa política é um equívoco para a realidade brasileira porque, em primeiro lugar, a inflação no Brasil é majoritariamente de custos, e não de demanda (SIMAN e TONIN, 2016). Isso quer dizer que nossa inflação não é decorrente do excesso de demanda por produtos[1]. A Inflação é, portanto, decorrente sobretudo dos custos de produção repassados aos consumidores, em especial dos chamados custos administrados pelo governo (por exemplo, água, energia elétrica e combustíveis) cujos aumentos impactam toda a cadeia produtiva.

Em segundo lugar, o mecanismo do câmbio flutuante (a cotação do real oscila de acordo com a demanda), que depende de intervenções do Banco Central do Brasil para estabilizar o valor da moeda, gera, em muitas situações, perdas ao País, posto que os prejuízos do Banco Central são bancados pelo Tesouro Nacional.

A título de exemplo, citamos as operações de *swap* cambial[2] realizadas entre setembro de 2014 a julho de 2015, que somaram perdas de R$ 158

[1] Conforme pesquisa realizada pela CNI (2016), a utilização da capacidade instalada da indústria brasileira, por exemplo, não passa de 75% ao menos desde 2001, estando hoje abaixo de 70%. Segundo o Ipeadata (2016), as taxas de desemprego chegaram a 4%, no mesmo período. Atualmente passam de 13% (BRASIL ECONÔMICO, 2017).

[2] "*Swap* é um instrumento derivativo que permite a troca de rentabilidade dos ativos. As operações de *swap* cambial realizadas pelo Banco Central do Brasil (BCB) consistem na compra ou venda de um contrato padronizado de derivativo negociado na BM&FBovespa, denominado 'Contrato de *Swap* Cambial com Ajuste Periódico Baseado em Operações Compromissadas de Um Dia (SCS). Por convenção de mer-

bilhões ao Banco Central. Essas operações foram consideradas ilegais pelo Tribunal de Contas da União (TCU).[3] De acordo com esse órgão, as operações de *swap* funcionam como um seguro para os contratantes (empresas) e esse tipo de operação não está nas atividades autorizadas do Banco Central.

Outra classe de operações, realizadas sem a devida transparência por parte do Banco Central, que também podem gerar prejuízo ao erário, são as chamadas "operações compromissadas"[4] ou de "mercado aberto" que consistem na remuneração da sobra de caixa de bancos.

Em 2009, o prejuízo com essas operações foi de R$ 147,7 bilhões e, em 2010, de R$ 48,5 bilhões.[5]

Por fim, a "ditadura" do superávit primário,[6] que impõe a necessidade de cortes orçamentários anuais (SENADO NOTÍCIAS, 2017a),

cado, a operação de compra de *swap* cambial pelo BCB é chamada de *swap* cambial tradicional, e a operação de venda desses contratos é denominada *swap* cambial reverso." (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017b).

[3] De acordo com o Acordão do Tribunal de Contas da União TC-012.015/2003-0: "Não há, na Lei n. 4.595/64 ou em outra legislação, dispositivo que autorize o Banco Central a atuar no ramo de seguros ou que o autorize a assumir posições de agente segurador de capital, muito menos a especular com variações cambiais, assumindo posições que podem dar muito lucro ou muito prejuízo."

[4] "O mercado de títulos de renda fixa, operações compromissadas são operações de compra (ou venda) de títulos com compromisso de revenda (ou recompra) dos mesmos títulos em uma data futura, anterior ou igual à data de vencimento dos títulos." (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017a).

[5] Conforme o Art. 7° da Lei de Responsabilidade Fiscal:
"O resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional, e será transferido até o décimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais.
§ 1° – O resultado negativo constituirá obrigação do Tesouro para com o Banco Central do Brasil e será consignado em dotação específica no orçamento."
Assim, temos que:
- O resultado do Banco Central do Brasil considera as receitas e despesas de todas as suas operações;
- Os resultados positivos são transferidos como receitas e os negativos são cobertos como despesas do Tesouro Nacional;
- Tais resultados são contemplados no Orçamento Fiscal à conta do Tesouro Nacional" (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017c).

[6] "Superávit primário é o resultado positivo de todas as receitas e despesas do governo, excetuando gastos com pagamento de juros. O déficit primário ocorre quando esse

servindo exclusivamente ao pagamento de juros da dívida pública (que será tratada com mais detalhes adiante).

Outro corte no orçamento vem da chamada "PEC da Morte" (a Proposta de Emenda Constitucional número 55), aprovada e sancionada como Emenda Constitucional 95, que afeta dramaticamente os trabalhadores e a gestão pública porque congela por vinte anos os gastos primários, ao passo que nada corta dos gastos financeiros, sendo o maior gasto financeiro o pagamento de juros da dívida pública (externa e principalmente interna).

Dessa forma, garante-se a contínua transferência de renda dos mais pobres para os mais ricos, para o deleite dos rentistas brasileiros e estrangeiros, em detrimento dos trabalhadores que pagam altos impostos e não têm a devida contrapartida em serviços públicos de qualidade. Essa medida intensifica a queda dos rendimentos reais dos trabalhadores do setor público e o corte radical de direitos das classes desassistidas, através da redução dos investimentos em políticas sociais. Não bastasse isso, nos últimos anos tem ocorrido a implantação de outros esquemas que geram dívidas públicas sem contrapartida como, por exemplo, a criação de estatais ditas "não dependentes do Tesouro" (nos estados e municípios) cuja atividade principal é a "securitização"[7] da parcela com maior grau de liquidez da dívida ativa, posto que o mercado obviamente não se interessa em comprar títulos lastreados em créditos podres. Tais empresas mereceram um item no parágrafo especial que relaciona quais gastos se excluem do "teto" na Emenda Constitucional número 95 (originária da PLP 247 e PEC 55), e para as quais não existe teto de gastos.[8] Por isso deve-se perguntar aos gestores públicos

resultado é negativo. Ambos constituem o 'resultado primário'". (SENADO NOTÍCIAS, 2017b).

[7] "Transformação de direitos creditórios como, por exemplo, duplicatas, empréstimos, financiamentos, créditos vinculados a uma dívida (precatórios), ou mesmo recebíveis de um contrato em 'recursos imediatos'." (HAUER, 2008).

[8] "Art. 107. Ficam estabelecidos, para cada exercício, limites individualizados para as despesas primárias: [...]
§ 6º Não se incluem na base de cálculo e nos limites estabelecidos neste artigo. [...]
IV – despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes." (BRASIL, 2016).

e ao Legislativo: a quem serve e interessa esse tipo de empresa, tendo em vista que está em tramitação o PLS 204/2016[9] que visa legalizar empresas em atividade em vários estados e municípios?

DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL

Os gastos com juros da dívida pública representam a quase totalidade dos gastos financeiros da União, tendo chegado a quase 10% do PIB em 2015 (CASTRO, 2017), e apesar da razão Dívida/PIB ser elevada, o grande problema é a elevada taxa de juros. No entanto, é comum o uso do suposto aumento da razão dívida/PIB do Brasil como forma de pressão para que os juros se mantenham altos, posto que se alega o aumento de risco de não pagamento da dívida. No entanto, países como os Estados Unidos e o Japão possuem percentuais de dívida em relação ao PIB muito maiores que o Brasil (TRADING ECONOMICS, 2017).

Por que mantemos os juros tão altos?

A dívida pública brasileira é remunerada pelos juros reais mais altos do mundo (O GLOBO, 2017), sobre os quais incidem juros (prática denominada anatocismo).[10] Esses são efeitos de uma política monetária equivocada que contribui para a manutenção do caráter concentrador de renda e de patrimônio da economia brasileira.

A dívida pública brasileira não foi auditada[11]conforme determinação da Constituição de 1988, apesar dos fortes indícios de fraudes, ilegalidades e ilegitimidades apontados em CPI realizada entre 2009 e 2010. De uma maneira geral, o endividamento público brasileiro não tem a função de implementar o desenvolvimento econômico, mas serve apenas de mecanismo para a manutenção da dominação do capital financeiro, que tem amplos poderes para escolher seus representantes

[9] "Dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação", de autoria do senador José Serra (2017).

[10] "A Súmula 121 do STJ veda a prática de anatocismo. A capitalização de juros mensais é ilegal, mesmo quando pactuada em contrato" (MINAS GERAIS, 2017).

[11] "A CPI da Dívida encerrou-se dia 11 de maio de 2010. O Ministério Público está investigando os graves indícios de ilegalidade no endividamento encontrados durante os trabalhos da CPI." (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, 2017).

em postos-chave, como no Ministério da Fazenda e Presidência do Banco Central. Dentro do Comitê de Política Monetária (Copom) há representantes de instituições financeiras privadas estabelecendo políticas de juros para o Brasil. Para se ter uma ideia, pouco mais de 25% da dívida pública brasileira está indexada à taxa de referência do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic). Quando o Brasil precisa vender títulos para pagar os que estão vencendo, os "*dealers*"[12] não os compram pelo indexador Selic, obrigando o país a pagar mais do que o estabelecido pela taxa Selic.

A maior parte da dívida da União é interna, ou seja, em reais. Entretanto, há uma parcela significativa de credores não residentes no Brasil,[13] que têm grande influência sobre os aspectos inerentes à gestão da dívida pública brasileira. Os não residentes convertem seus dólares em reais, aplicam em títulos da dívida pública brasileira, recebem os maiores juros do mundo, e retiram o dinheiro sem pagar nenhum imposto. O Brasil oferece isenção tributária para esse tipo de operação, assim eles podem ter um rendimento adicional em caso de valorização do real no período no qual o dinheiro ficou aplicado.

Outro aspecto questionável da nossa política econômica é a elevada quantidade de reservas em dólares – US$ 380 bilhões (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017d), das quais mais de U$ 250 bilhões em títulos da dívida pública dos EUA (SILVA JÚNIOR, 2015), rendendo

[12] Os *dealers*, indicados por períodos, são instituições financeiras que compram os papéis do governo (na primeira colocação) e os recolocam no mercado. Essas instituições são instituições financeiras nacionais e internacionais. Segundo definição do Tesouro Nacional:

"Os *dealers* são instituições financeiras credenciadas pelo Tesouro Nacional com o objetivo de promover o desenvolvimento dos mercados primário e secundário de títulos públicos. Os *dealers* atuam tanto nas emissões primárias de títulos públicos federais como na negociação no mercado secundário desses títulos. Atualmente, o Tesouro Nacional possui 12 *dealers*, dos quais dez são bancos e dois são corretoras ou distribuidoras independentes. [...] No primeiro semestre de 2015, o sistema de *dealers* do Tesouro Nacional foi separado do sistema de *dealers* do Banco Central [...]" (TESOURO NACIONAL, 2017).

[13] De acordo com o Relatório Mensal da Dívida, 12,9% da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) concentra-se nas mãos de não residentes. Entretanto, há que se considerar a participação do capital estrangeiro através de fundos de pensão (também detentores da dívida), seguradoras etc. (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2017).

juros inferiores a 1% ao ano, ao passo que pagamos os juros reais dos mais altos do mundo. *Grosso modo*, é como fazer uso do cheque especial para aplicar na poupança.

Outro aspecto que colabora para o aumento do endividamento é a restrita base monetária brasileira que não chega a nem a 5% do PIB (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017e). Emitimos títulos públicos e não emitimos moeda com o argumento de que aumentaria a inflação. Essa afirmação não se sustenta quando olhamos a base monetária dos países desenvolvidos como os EUA e da União Europeia e vimos que suas bases monetárias estão entre 10 e 15% do PIB. O argumento que o aumento da base monetária geraria inflação não é sólido, posto que há margem para o aumento da Base Monetária Brasileira. No entanto, isso fere os interesses do capital financeiro.

Como a conta de juros é cada vez maior, o Governo Federal, submisso aos poderes do capital financeiro, lança mão de outras ações para garantir a remuneração dos rentistas: ajustes fiscais, privatizações e, nos últimos anos, de contrarreformas.

Do orçamento executado em 2015, o Brasil pagou R$ 962 bilhões de reais em juros e amortizações (FATTORELLI, ÁVILA e COLARES, 2017), um valor considerável – equivalente a mais de R$ 2,5 bilhões por dia. O que se apura, entretanto, é que não há amortização de fato, e sim troca de títulos antigos por novos, fazendo com que a dívida pública cresça ininterruptamente.

ATIVIDADE MINERÁRIA NO PAÍS

O Brasil dispõe de imensas riquezas naturais que não se traduzem em benefícios para a sociedade em função de uma série de problemas inerentes à atividade minerária no país (ALVARENGA, 2017a). A exploração mineral em nosso país é fiscalizada de modo precário, facilitando práticas ilegais por parte dos exploradores de minérios. De acordo com relatório do TCU, de cada quatro áreas onde há extração de minério, apenas uma faz o devido recolhimento do *royalty* de mineração (BORGES, 2014).

Os *royalties* da exploração mineral são recolhidos através da Com-

pensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), que corresponde a um percentual muito baixo, incidente sobre o faturamento líquido das mineradoras.[14]

Para os minérios de ferro e ouro, os percentuais são de, respectivamente, 2% e 1% sobre o faturamento líquido. Além disso, a fiscalização dessa exploração está nas mãos do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) que não possui estrutura nem pessoal para fazer uma fiscalização eficiente. Essa situação resulta em alta sonegação por parte das mineradoras: apenas 25%das mineradoras recolhem a CFEM, conforme dados do próprio TCU. Mesmo assim, há desinformação sobre a quantidade produzida e exportada e não se pode afirmar se mesmo o recolhimento de 25% corresponde à realidade. Como não há fiscalização suficiente, é impossível afirmar se a quantidade informada ao DNPM é a real.

Outro expediente bastante comum utilizado por empresas mineradoras é o subfaturamento de exportações, através do qual se praticam os chamados preços de transferências. Estes são realizados através de uma *offshore*, situada em um paraíso fiscal, por onde passam somente os papéis referentes à exportação, ao passo que os minérios (mercadorias) vão direto para o destino real. Os produtos não passam nem perto do paraíso fiscal. Assim, os documentos que acobertam a saída do minério do Brasil indicam preço de venda e/ou quantidade bem abaixo do valor real, reduzindo o montante a ser pago em impostos. Nos paraísos fiscais, onde a alíquota incidente sobre o faturamento é muito baixa (chegando a zero em alguns países), os papéis referentes à exportação de minério são emitidos pelos preços reais.

Através desse procedimento, o pagamento de tributos no Brasil fica muito aquém do real. O lucro é reduzido artificialmente, fazendo com que a empresa pague menos imposto de renda, menos contribuição sobre o lucro e menos CFEM, impactando a arrecadação da União, dos

[14] Através da Medida Provisória – MP 789, de 25 de julho de 2017 –, a base de cálculo da CFEM passou para a receita bruta, deduzidos os tributos incidentes sobre sua comercialização, pagos ou compensados. A MP altera o art. 2º da Lei 8.001 de 13 de marco de 1990. Na prática, pouco se altera caso as mineradoras continuem a praticar preços e transferências. (BRASIL, 2017).

estados e dos municípios e, consequentemente, as contas públicas do país. A falta de fiscalização é um grande facilitador para essas práticas corriqueiras que afetam diretamente a vida de todos.

Para a maioria dos brasileiros, o maior comprador de minério de ferro do País seria a China, e não a Suíça. A aquisição de minério de ferro brasileiro pela China representou somente 0,01% do volume exportado enquanto exportamos 85,9% para a Suíça. A tabela abaixo (MORLIN, 2017), referente ao ano de 2015, comprova a prática de preços de transferências. (TABELA 1)

TABELA 1. Principais países compradores do minério de ferro brasileiro (2015).

País de Aquisição	Toneladas	Percentual (%)	Valor (mil US$)	Percentual (%)
Suíça	272.411.712	85,9	8.714.469	83,8
Áustria	29.204.329	9,2	1.077.586	10,4
Reino Unido	8.891.145	2,8	370.584	3,6
Argentina	4.081.749	1,3	133.338	1,3
Singapura	1.233.642	0,4	40.377	0,4
Luxemburgo	712.968	0,2	29.932	0,3
China	204.908	0,1	10.396	0,1

Fonte: MORLIN, 2017, p. 34.

Em relação ao Estado de Minas Gerais, os recursos advindos de suas riquezas minerais são muito baixos porque grande parte da produção minerária do estado é destinada à exportação, sujeita, inclusive, à prática delituosa de preços de transferência. Com a exportação de produtos primários, os processos industriais, que agregam valor à matéria-prima, são realizados no exterior, cabendo ao estado e ao país o papel de provedor de matérias primas de baixo ou nenhum valor agregado.

Além de todos os problemas acima descritos, ainda há mais um, envolvendo a questão tributária: o benefício para exportação de produtos primários concedido a partir da Lei Kandir (ALVARENGA, 2017b). Essa Lei, editada em 1996, no governo Fernando Henrique Cardoso, concedeu isenção de ICMS para as exportações de produtos primários e semielaborados, estabelecendo que haveria compensação das perdas dos entes subnacionais pela União. Entretanto, a União repassou somente parte do montante devido. O que se viu foi o desmantelamento

da proposta constitucional, fato que provocou um grande desincentivo à industrialização dos estados produtores de *commodities* (incluindo a atividade minerária).

Com base nas informações apresentadas, conclui-se que o setor minerário, responsável pelo maior desastre ambiental da história do país – o rompimento de uma barragem de rejeitos de minério em Mariana (ALVARENGA, 2015) –, constitui um grande potencial para financiar o desenvolvimento socioeconômico do país, mas não é levado em conta pelos governantes. O que ocorre é o enriquecimento de pequenos grupos em detrimento dos interesses da sociedade brasileira.

POR QUE NÃO SE DISCUTE UMA VERDADEIRA REFORMA TRIBUTÁRIA?

O imposto é alto no Brasil? Para quem?

A concentração da arrecadação tributária nas mãos da União chega a aproximadamente 70%, o que acarreta a chamada política do "pires na mão", gerando uma grande dependência dos entes subnacionais (estados e municípios). Estes dispõem de orçamentos limitados para cumprir com as suas obrigações constitucionais. Não haverá independência dos entes subnacionais, como preceitua o texto constitucional,[15] se não houver independência financeira.

Com relação à distribuição da carga tributária pelo conjunto da sociedade, pode-se dizer que o Brasil é um paraíso fiscal para os super-ricos (NAÇÕES UNIDAS..., 2016a), pois via de regra, os que ganham mais pagam, proporcionalmente, menos impostos do que aqueles cujos rendimentos são menores. Temos uma tributação fortemente regressiva.

No Brasil, paga-se pouco imposto sobre o patrimônio, ao contrário do que ocorre em outros países. A taxação aqui representa 33% contra uma média de 67% nos países da OCDE. Já a tributação sobre o consumo no Brasil chega a 72% contra 28% (em média) nos países da OCDE (TABELAS 2, 3 e 4).

[15] "Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição" (BRASIL, 1988).

TABELA 2. Comparativo de alíquota máxima do imposto de renda de pessoa física (2014).

País	%
Brasil	27,5
Suécia	56,7
Alemanha	45,0
EUA	39,6

Fonte: Dados compilados pela autora a partir de Ebrahim (2016)

TABELA 3. Alíquota máxima sobre dividendos (2014).

País	%
Brasil	isento
Dinamarca	42,0
França	38,5
Canadá	31,7
EUA	21,2

Fonte: Dados compilados pela autora a partir de Ebrahim (2016)

TABELA 4. Alíquota imposto sobre herança (2014).

País	%
Brasil	3,9
Reino Unido	40,0
França	32,5
EUA	29,0
Japão	24,0

Fonte: Dados compilados pela autora a partir de Ebrahim (2016)

Os mais pobres têm sua renda, em quase sua totalidade, destinada ao consumo, por isso, a tributação sobre eles é, proporcionalmente, maior. Por outro lado, como os ricos conseguem converter renda em patrimônio, gastando apenas uma pequena fatia com consumo, pagam menos impostos, proporcionalmente.

Isso colabora para o aumento das desigualdades sociais. Essa desproporção foi muito bem apresentada por Piketyy (2014), que sugere formas de combater a desigualdade econômica e a concentração da riqueza nas mãos de poucos sendo a mais importante a utilização de uma tributação justa.

Pouco se discute no país as benesses tributárias que servem a uma

pequena parcela da população. Os incentivos fiscais são dados aos grupos econômicos mais fortes e não objetiva o desenvolvimento de setores econômicos estratégicos. Dentre as benesses tributárias citamos:

- Não implementação da tributação sobre grandes fortunas, determinada pela Constituição Federal desde 1988;
- Redução/extinção de juros sobre o capital próprio;
- Isenção do imposto de renda sobre distribuição de lucros e dividendos para proprietários de empresas;
- Isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre produtos primários e semielaborados destinados à exportação (Lei Kandir);
- Isenção da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – benesse tributária para certos setores;
- Isenção de imposto de renda sobre ganho de estrangeiros quando aplicado em títulos da dívida interna;
- Não tributação sobre herança;
- Não tributação sobre a propriedade de barcos, aviões e helicópteros.

Como alguém precisa pagar a conta, os 99% da população arca com a maior carga tributária. Uma grande retirada da renda da população, como exemplo, a tributação excessiva sobre o consumo e a não correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) – a tabela está com defasagem acumulada de mais de 80% (O TEMPO, 2017).

SONEGAÇÃO FISCAL

Em 2016, o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional – Sinprofaz – estimou o total sonegado em R$ 539 bilhões, equivalente a aproximadamente 10% do PIB. Vale ressaltar que há um "incentivo" para a sonegação de impostos[16] no Brasil: o governo sempre dá perdão ou redução de juros e multa com o chamado Refis (Programa de Recuperação Fiscal).

[16] Ver: Código Penal (principalmente aqueles citados no art. 334 e 334-A (casos de contrabando e descaminho) e nas Leis 4.729/65 e 8.137/90 (casos da sonegação e de fraude).

A sangria das receitas públicas provocada pelas múltiplas formas de sonegação tem consequências antissociais gravíssimas como, por exemplo:

- O ônus tributário sobre os contribuintes adimplentes ou sobre os que estão materialmente impossibilitados de se valer dos expedientes evasivos;
- Compressão das receitas públicas, privando o Estado dos meios necessários à execução dos serviços necessários ao povo;
- Corrosão do princípio de isonomia tributária, frustrando a distribuição dos encargos fiscais segundo a capacidade contributiva de cada indivíduo.

Sonegar no Brasil dá cadeia?

Em dezembro de 1990, no governo Collor, foi editada a Lei 8.137/90 que define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo. Nos artigos 1º e 2º estão explicitadas as condutas delituosas de omissão ou supressão dos tributos, cabendo frisar que as do art. 1º são punidas com sanção penal, mais severa, privativa de liberdade ou reclusão, enquanto que as do art. 2º são punições mais brandas, apenadas com detenção. Nesses artigos foram elencadas todas as condutas que desviam ou retardam o ingresso de recursos aos cofres públicos seja através de dolo e/ou simulação. A sonegação fiscal e/ou evasão fiscal foram tipificadas como crime sujeito a punições penais.

Entretanto, quase cinco anos depois, em 27 de novembro de 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, editou-se nova lei, nº 9.249/95, para retirar a condenação daqueles que utilizam formas de sonegação e/ou evasão fiscal. Essa lei alterou a punibilidade dos crimes elencados na Lei 8.137/90. A partir de então os crimes contra a ordem tributária tiveram sua punibilidade extinta se o infrator promover o pagamento do tributo antes da ação judicial. Desse modo, o contribuinte deixa de responder judicialmente pela falta cometida e a administração tributária somente poderá apresentar denúncia ao Ministério Público após a decisão definitiva dos órgãos de julgamento da esfera administrativa. Essa situação é injusta, pois aqueles que comprovadamente cometem fraude tributária podem não responder judicialmente pelo crime cometido, gerando sensação de impunidade, mais uma vez comprovando que

aqueles que fazem as leis defendem os interesses de quem os financia.

A facilidade da sonegação também se dá devido ao sucateamento das administrações fazendárias.

A prática de elisão fiscal no Brasil é enorme. A elisão é uma forma de se pagar menos tributo de maneira legal mas não moral. Grandes empresas, nacionais ou transnacionais, lançam mão de planejamentos tributários agressivos, utilizando-se de manobras contábeis ou brechas legais para reduzir consideravelmente seus tributos devidos. A Organização das Nações Unidas – ONU – aponta o Brasil como o quinto país que mais enviou recursos para paraísos fiscais entre 2010 e 2014 (NAÇÕES UNIDAS..., 2016b; UNCTAD, 2017).

Pergunta-se, portanto: para que e por que os tributos são pagos?

O ato de pagar tributos (impostos, taxas e contribuições) é um dever de cidadania, de lealdade e solidariedade. Entretanto, a consciência fiscal vem na medida em que a sociedade percebe a importância do tributo através da oferta de serviços públicos de qualidade e se convence de que os ingressos públicos têm, como destinação última, criar as condições mínimas para a vivência em sociedade (NABAIS, 2017).

O Brasil necessita urgentemente de uma verdadeira reforma tributária; que cada um pague tributo de acordo com sua capacidade contributiva; que vise garantir a implementação de políticas públicas que assegurem os direitos das pessoas; que consiga reduzir as desigualdades e que o país seja de verdade uma a federação.

Somente através da justiça fiscal haverá justiça social.

AS CONTRARREFORMAS

Recentemente foi aprovada e sancionada a reforma trabalhista e a proposta de reforma da previdência está em curso no Congresso Nacional, baseada na falácia do déficit da seguridade social, desmentido inclusive no relatório da CPI da Previdência (MELO, 2017). Tais reformas são parte da contrapartida pelo apoio das corporações e instituições financeiras ao *Impeachment*/Golpe. Por parte das corporações do setor produtivo, o discurso se deu em função da "flexibilização"

das leis trabalhistas, de forma a baratear a mão de obra e aumentar a competitividade da indústria brasileira no cenário internacional. Já para as corporações do setor financeiro, a "reforma" da previdência, visa ao enfraquecimento da previdência social pública para que os trabalhadores se sintam forçados a participar de fundos privados de previdência, sujeitos a regras de mercado e sem garantia do Estado. Essa reforma visa também a garantir maiores volumes de recursos para o pagamento de juros da dívida pública federal.

São reformas que aumentam as assimetrias entre capital e trabalho, deteriorando as condições de reprodução da força de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que serve o Estado afinal? Vale lembrar de Aristóteles, filósofo grego (384-322 a.C.): o Estado existe para prover a boa qualidade de vida, não simplesmente a vida.

Para isso, é preciso resgatar a solidariedade de classe, defender um programa mínimo que unifique todas as forças progressistas (sindicatos, movimentos sociais) que desejam que o Brasil radicalize sua democracia. É urgente que a sociedade tome para si o poder de gerir os recursos minerais, assim como é fundamental que se conheça com detalhe o processo de formação da dívida pública no âmbito das três esferas de governo. É preciso que o povo decida se concorda com a "ditadura" do superávit primário, que onera gerações futuras que serão mantidas como reféns do sistema da dívida.

É preciso realizar uma reforma tributária que garanta justiça tributária, através do combate às iniquidades fiscais, visando projetos que contribuam para acabar com nossas desigualdades. No entanto, o que se vê são aqueles que até agora ganharam com a exploração das riquezas minerais e do povo brasileiro, com projetos de leis que pretendem fazer o Brasil regredir a um modelo neocolonial, limitando-se a mero exportador de matérias primas e/ou produtos de baixo valor agregado, dentre outras medidas em curso.

Para os donos do país, é preciso reduzir o tamanho do Estado e destruir os serviços públicos financiados com tributos, de forma a garantir

a contínua transferência de recursos daqueles que vivem do trabalho para os que vivem de renda. Está em curso a abertura do mercado interno brasileiro para privatizações, como exemplo, da saúde (através da expansão do mercado de saúde suplementar) e da educação.

É fundamental que consigamos barrar esse projeto em curso e lutar para que as riquezas do Brasil sejam para seu povo. Devemos combater o modelo econômico implantado há mais de duas décadas visando à busca do bem-estar da população, porque de nada vale a inflação sob controle às custas da miséria do povo e do estrangulamento da economia.

O momento é decisivo e demanda respostas urgentes da sociedade.

Cidadania é conquista!

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Maria Eulália. Direitos minerários x direitos sociais – que as mineradoras paguem o justo. **Auditoria Cidadã da Dívida**. Brasília, 23 nov. 2015. Disponível em: <http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2015/11/22/direitos-minerarios-x-direitos--sociais-que-as-mineradoras-paguem-o-justo/>. Acesso em: 11 set. 2017.

ALVARENGA, Maria Eulália. Continuamos sendo colônia como há 500 anos, exportando matérias primas sem nenhum valor agregado. **Rede Brasileira pela Integração dos Povos – Rebrip**. São Paulo, 29 mar. 2017a. Disponível em: <http://www.rebrip.org.br/noticias/continuamos-sendo-colonia-como-ha-500-anos-exportando-materias-primas-sem-nenhum-5b3c/>. Acesso em: 11 set. 2017.

ALVARENGA, Maria Eulália. Minas levanta a voz contra as perdas da Lei Kandir. **Mercado Comum**. Belo Horizonte, jun./jul. 2017b. v. 24, n. 258. p. 181-182. Disponível em: <http://www.mercadocomum.com/temp/upload/revista/268/268.html#p=181>. Acesso em 11 set. 2017.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. A CPI da Dívida: documentos principais. Disponível em: <http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2012/03/25/clique-aqui-para-saber-como-foi-a-cpi-da-divida/>. Acesso em: 04 set. 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Operação compromissada. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Glossário**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/glossario.asp?Definicao=153&idioma=P&idpai=GLOSSARIO>. Acesso em 03 set. 2017a.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Swap cambial e swap cambial reverso. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Glossário**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/glossario.asp?Definicao=1680&idioma=P&idpai=GLOSSARIO>. Acesso em 03 set. 2017b.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Nota explicativa: lei de responsabilidade fiscal. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/?bd200009ne>. Acesso em: 03 set. 2017c.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Reservas internacionais. Brasília, 27 jul. 2017. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?rp20170727>. Acesso em: 04 set. 2017d.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Indicadores econômicos consolidados: base monetária e componentes. Brasília, 30 ago. 2017. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/indeco.asp>. Acesso em: 04 set. 2017e.

BORGES, André. TCU revela sonegação em áreas de mineração. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 13 ago. 2014. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,tcu-revela-sonegacao-em-areas-de-mineracao,1543471>. Acesso em: 11 set. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 11 set. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Emenda constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em 03 set. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Medida Provisória 789, de 25 de julho de 2017**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Mpv/mpv789.htm>. Acesso em 11 set. 2017.

BRASIL ECONÔMICO. Desemprego atinge 13,5 milhões de brasileiros; maior taxa desde 2012. Disponível em: <http://economia.ig.com.br/2017-03-31/desemprego-dados-ibge.html>. Acesso em 03 set. 2017.

CASTRO, José Roberto. O que é o tripé macroeconômico. Ele ainda existe no Brasil? **Nexo**, São Paulo, 07 nov. 2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/11/07/O-que-%C3%A9-o-trip%C3%A9-macroecon%C3%B4mico.-Ele-ainda-existe-no-Brasil>. Acesso em 03 set. 2017.

CASTRO, José Roberto. Quanto o governo gastou com juros nos últimos anos e qual a previsão para 2017. **Nexo**, São Paulo, 14 fev. 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/02/14/Quanto-o-governo-gastou-com-juros-nos-%C3%BAltimos-anos-e-qual-a-previs%C3%A3o-para-2017>. Acesso em 04 set. 2017.

CNI. Ociosidade da indústria poderá alcançar novo recorde em 2016. **Nota Econômica**. Brasília, v. 2, n. 4, jul. 2016. Disponível em: <https://static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/54/5c/545c6c84-0a10-4e1f-b609-3c2b2105d7c6/nota_economica4_jul2016_v6.pdf>. Acesso em 03 set. 2017.

EBRAHIM, Raíssa. País deixa de arrecadar 196 bilhões com isenções de tributos aos mais ricos. **JC *on line***. Recife, 10 jan. 2016. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/nacional/noticia/2016/01/10/pais-deixa-de-arrecadar-r-196-bilhoes-com-isencoes-de-tributos-aos-mais-ricos-216052.php>. Acesso em: 11 set. 2017.

FATTORELLI, Lucia; ÁVILA, Rodrigo; COLARES, Gisella. Sobraram R$ 480 bilhões no caixa do governo em 2015. **Auditoria Cidadã da Dívida**. Disponível em: <http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2016/07/25/sobraram-r-480-bilhoes-no--caixa-do-governo-em-2015/>. Data da consulta: 04 set. 2017.

HAUER, Geroldo Augusto. Securitização – o que significa? **Cenários de Direito Empresarial**. Curitiba, Gazeta do Povo, 12 out. 2008. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/colunistas/cenarios-de-direito-empresarial/securitizacao--o-que-significa-b80r8r297ty2x65fdywujr32m>. Acesso em 03 set. 2017.

IPEADATA. **Taxa de desemprego**. 02 fev. 2016. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?serid=38401>. Acesso em 03 set. 2017.

MELO, Karine. Presidente da CPI da Previdência diz que não há déficit e culpa devedores. **EBC Agência Brasil**. Brasília, 13 jul. 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-07/presidente-da-cpi-da-previdencia-diz-que-nao--ha-deficit-e-culpa-devedores>. Acesso em 12 set. 2017.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. A súmula do 121 do STJ veda a prática de anatocismo. **Jusbrasil**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=A+S%C3%BAmula+121+do+STJ+veda+a+pr%C3%A1tica+de+anatocismo>. Data da consulta: 04 set. 2017.

MORLIN, Guilherme. Mensuração da fuga de capitais do setor mineral no Brasil. **Latindadd**. Lima, jul. 2017. Disponível em: <http://ijf.org.br/wp-content/uploads/2017/07/PORT_Extracci%C3%B3ndeRecrusosenBrasil.pdf>. Acesso em 11 set. 2017.

NABAIS, José Casalta. **A face oculta dos direitos fundamentais**: os deveres e os custos dos direitos. (Manuscrito). [s.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/15184-15185-1-PB.pdf>. Acesso em 12 set. 2017.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Brasil é paraíso tributário para super-ricos, diz estudo de Centro da ONU. 01 maio 2016a. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/brasil-e-paraiso-tributario-para-super-ricos-diz-estudo-de-centro-da-onu/>. Acesso em 11 set. 2017.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Brasil é o 5º país que mais enviou recursos para paraísos fiscais entre 2010 e 2014, diz ONU. 03 maio 2016b. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/brasil-e-5o-pais-que-mais-enviou-recursos-para-paraisos-fiscais--entre-2010-e-2014-diz-onu/>. Acesso em 11 set. 2017.

O GLOBO. Brasil tem a mais alta taxa de juro entre 40 países. Rio de Janeiro, 12 abr. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/brasil-tem-mais-alta-taxa-de-juro-entre-40-paises-21200968>. Acesso em 04 set. 2017.

O TEMPO. Defasagem na tabela do imposto de renda é de 83,12%. Belo Horizonte, 02 jan. 2017. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/capa/economia/defasagem-na-tabela-do-imposto-de-renda-%C3%A9-de-83-12-1.1418360>. Acesso em 11 set. 2017.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

ROSSI, Pedro; MELLO, Guilherme. Choque recessivo e a maior crise da história: a economia brasileira em marcha à ré. **Nota do Cecon**, Campinas, n. 1, abr. 2017. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/NotaCecon1_Choque_recessivo_2.pdf>. Acesso em 03 set. 2017.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Relatório mensal da dívida pública federal**. Brasília, jun. 2017. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/599552/Texto_RMD_Jun_17.pdf/9b96b0c2-0f03-4f04-bc92-1f65c-8c29a8e>. Acesso em: 04 set. 2017.

SENADO NOTÍCIAS. Desvinculação de receitas da União (DRU). Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/dru>. Acesso em 03 set. 2017a.

SENADO NOTÍCIAS. Superávit primário. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/superavit>. Acesso em 03 set. 2017b.

SERRA, José. **Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2016 (complementar)**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125723>. Acesso em 03 set. 2017.

SILVA JÚNIOR, Altamiro. Brasil fecha 2014 como quarto país que mais detém títulos do governo dos EUA. **Estadão**, São Paulo, 21 fev. 2015. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/blogs/altamiro-silva/brasil-fecha-2014-como-quarto-pais--que-mais-detem-titulos-do-governo-dos-eua/>. Acesso em: 04 set. 2017.

SIMAN, Sammer; TONIN, Vitor Hugo. A inflação na crise brasileira atual: desvendando mitos. **Boletim de Conjuntura Econômica**, São Paulo, Intersindical, n. 3, 19 ago. 2016. Disponível em: <http://www.intersindicalcentral.com.br/a-inflacao-na-crise-brasileira-atual-desvendando-mitos/#.WaxspMiGPIV>. Acesso em 03 set. 2017.

TESOURO NACIONAL. Dealers. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/dealers>. Acesso em: 14 jul. 2017.

TRADING ECONOMICS. Dívida Pública % PIB; lista de países. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/country-list/government-debt-to-gdp>. Acesso em 04 set. 2017.

UNCTAD. Investment Flows Through Offshore Financial Hubs Declined but Remain at High Level. **Global Investment Trends Monitor**. New York; Geneve, n. 23, 03 may 2016. Disponível em: <http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/webdiaeia2016d2_en.pdf>. Acesso em 12 set. 2017.

Nesp.indb 226 13/12/2017 16:41:22

Reflexões sobre a crise brasileira: o golpe

José Luiz Quadros de Magalhães
Maria Luiza Costa Magalhães

Vivemos um processo grave de crise institucional generalizada. A utilização das instituições contra elas mesmas, gera total insegurança. Lembremos que as instituições foram criadas a partir de interesses e contextos específicos e com finalidades nem sempre expressas, mas facilmente descobertas a partir de uma análise histórica atenta. O Estado moderno nasce a partir de uma aliança entre nobres e burgueses para proteger seus interesses, assim como, o constitucionalismo liberal, expressamente, foi criado pelos burgueses, homens, brancos e proprietários para proteger a propriedade e os negócios destes mesmos homens brancos e proprietários, exatamente o perfil do governo ilegítimo de Temer.

A primeira questão que se coloca neste momento é justamente o risco do completo caos jurídico, político e econômico, quando essas instituições, que têm origem e finalidade, são usadas contra elas mesmas. Em outras palavras, embora essas instituições tenham sido criadas para proteger e favorecer determinados grupos, elas permitiram uma expansão do número de pessoas que poderiam fazer parte da festa consumista do capitalismo neoliberal de ultraconsumo. Importante lembrar que, diversas vezes essa máquina jurídica-política liberal, recebeu infiltrações que permitiram uma ampliação dos direitos e, de certa maneira, a inclusão de mais pessoas nesse jogo, e mesmo, algumas vezes, a limitação de ganhos de um certo grupo econômico. É justamente nesse momento que vem o golpe. Toda

vez que a "democracia constitucional liberal" – mais constitucional liberal que democrática – serve para incluir além do permitido ou tolerado pela elite econômica e tradicional há uma ruptura. São inúmeros os exemplos: desde a França de 1799 ou 1851, passando pelo Brasil 1964, Uruguai e Chile 1973, Argentina 1976, as inúmeras tentativas de golpes e de desestabilização dos governos na Venezuela, Bolívia, Equador, até o atual golpe institucional brasileiro de 2016.

Há entretanto uma novidade interessante e especialmente perigosa no que acontece no Brasil após os balões de ensaio dos golpes de Honduras e Paraguai: nos golpes empresariais/militares das décadas de 1960 e 1970, as instituições eram fechadas e o direito era suspenso. Agora o golpe é dado usando as instituições e o direito contra eles mesmos. Isso é novo e traz um perigo extra, agora, também para os golpistas, presentes no Executivo, no Legislativo, no Judiciário e no Ministério Público. Quando os golpes do passado ocorriam, as instituições "constitucionais-democráticas" eram fechadas, o que as preservava para que voltassem a funcionar, passada a urgência do golpe, voltando a proteger de uma maneira "legítima" institucionalizada, de novo, os interesses dos que criaram as instituições e, claro, em momento de ameaça de perda de privilégios, davam e sustentavam o golpe. Agora, como a fórmula dos tanques, assassinatos e torturas escancaradas pode não mais funcionar diante da possibilidade real de comunicação global e imediata, onde cada pessoa tem uma filmadora e máquina fotográfica na mão, nos seus celulares, os golpes são mais sofisticados. Mas, esta experiência atual, promovida pelos mesmos atores dos outros golpes do passado (a elite branca e machista, as grandes empresas nacionais e transnacionais, e os aparelhos de megaestados corporativos como a CIA e outros órgãos de segurança externos e internos cooptados) contém um elemento novo explosivo. No momento em que as instituições dão o golpe, utilizando todo o aparato e o discurso institucional jurídico e político, elas se desqualificam, revelando o que esteve o tempo todo oculto: que essas instituições não foram criadas para todos. O teatro da "democracia liberal burguesa" se revela. As consequências disso? Veremos em breve.

Por isso o momento é de sermos criativos. Além de preservarmos o espaço que conquistamos, nenhum direito a menos, temos que ousar

fazer uma outra política, para construir outro mundo, outra economia, outras instituições, ou direito, outra sociedade. Um outro mundo é possível e necessário. Um outro fazer, agora, já.

O GOLPE

Para o poder econômico e outros poderes que a esse poder sustentam, o importante não é viver em uma democracia, é claro, mas que as pessoas, inocentemente acreditem viver em uma. O mesmo vale para o estado constitucional. O que vemos acontecer de forma grave e agressiva é um teatro, onde a forma, oculta o conteúdo. Julgamentos, processos, becas, carros de polícia e ternos e gravatas, parlamentares, jornais, televisão... todo um aparato tragicômico ridículo para justificar o desrespeito à vontade popular e o desmonte de um projeto de transformação social. A "casa grande surta quando a senzala aprende a ler", vemos escrito nos muros e camisas.

Parece que não há mais espaço para os "golpes de estado" no estilo da década de 1960 e 1970. Tanques de guerra nas ruas, prisões sem mandado judicial, torturas escancaradas, parecem não agradar a maioria da opinião pública do mundo. Claro, sem generalizações, pois ainda vemos isso em alguns lugares do planeta. Os golpes hoje são mais sofisticados. Lembremos que a ditadura empresarial/militar a partir de 1964 preocupou-se com uma representação teatral de uma "democracia" com a existência de dois partidos políticos, um Congresso funcionando (depois de várias cassações), e o Judiciário aberto e controlado ideologicamente. Claro que todas as medidas foram tomadas para que o partido de oposição não chegasse ao poder (com senadores biônicos, nomeação de prefeitos e governadores), assim como fizeram, inclusive, uma Constituição (autoritária e ilegítima) para reforçar o teatro da "democracia" e "estado de direito".

Aquele teatro mal feito foi aperfeiçoado. A mídia foi toda tomada e perdeu qualquer pudor quanto à manipulação, distorção e encobrimento de fatos. Existe mais tecnologia para encantar as pessoas e o teatro do absurdo é permanente. Prisões espetaculares, o nosso FBI dando *show*, juízes justiceiros como nos seriados de TV, helicópteros e discursos inflamados.

O golpe em curso no Brasil conta com Juízes que agem contra a Constituição, extrapolando sua função constitucional, investigando, punindo, agindo como polícia política; promotores e delegados vinculados a partidos políticos (como no Paraná e São Paulo) que agem ao estilo dos piores regimes totalitários, e uma mídia que não informa, mas faz campanha aberta contra pessoas, partidos, ideias e instituições. Esse aparato, somado a uma guerra econômica de desestabilização, cria todo um contexto para enganar e aprisionar a opinião pública propositalmente desinformada, especialmente nas classes média e média alta, além da chamada nova classe média, contaminada por lideranças políticas religiosas, que usam da fé para enganar, ganhar dinheiro e criar uma massa de seguidores religiosos para a política, ao pior estilo das teocracias.

Todo esse aparato foi cuidadosamente criado para manter privilégios e para servir interesses econômicos poderosos. A questão não é corrupção. Claro que não. A guerra é global e muito pesada. A questão passa pela entrega de nossas riquezas; abaixar mais uma vez a nossa cabeça diante do império do Norte e manter a colonialidade presente em nosso ser, nossa subordinação ao europeu e aos EUA. Toda vez que o Brasil levantou sua cabeça e exerceu sua soberania, o Império nos colocou para baixo, destruiu nossas lideranças, e continuou saqueando nossas riquezas. A história se repete com incrível semelhança: Getúlio Vargas, João Goulart, Lula.

O mais incrível é a capacidade de levar as pessoas e as Forças Armadas a acreditarem que a parceria com os Estados Unidos, que entregar o nosso Petróleo, nosso minério, nossas montanhas, nossa riqueza, pode ser algo a favor do Brasil. Como que entregar o pré-sal e destruir uma grande empresa nacional pode ser algo a favor do Brasil? Estamos vivendo, além de um golpe, uma invasão econômica do país. O projeto é destruir toda possibilidade de soberania.

Como entender o processo em curso?

O CONTEXTO

Vamos enumerar alguns dos vários fatos e eventos que podem ajudar a entender o processo de golpe no Brasil e as suas múltiplas razões:

1. Os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) viveram uma época de grande crescimento econômico enquanto Europa e EUA entraram em grave crise.
2. Os BRICS criaram instituições internacionais que permitiriam (e podem permitir) que esses países, pudessem trilhar um caminho de soberania econômica independente das potências que mandam no mundo há 500 anos, desde o início da invasão da América pelos europeus.
3. Na América Latina foram eleitos governos, nos últimos quinze anos, que recuperaram a soberania sobre as riquezas nacionais, melhoraram a vida das pessoas, permitiram o acesso do povo a informação, educação e saúde. Os dados são da ONU e qualquer pessoa pode acessar no *link* do PNUDH. São fatos, e não discursos.
4. Foram criadas instituições importantes sem a presença dos EUA ou Europa que permitiriam (permitirão) o desenvolvimento e fortalecimento da América Latina e Caribe, como a CELAC e UNASUL.
5. A perspectiva de crescimento do BRICS apresentava-se muito maior e com perspectivas de crescimento muito superior ao crescimento da Europa e EUA.
6. Foi construído o Porto de Muriel em Cuba para facilitar o comércio internacional.
7. Centenas de *campi* universitários foram criados no Brasil e na Venezuela. A Unesco declarou o fim do analfabetismo na Venezuela e, no Brasil, sessenta milhões de pessoas mudaram de vida para melhor.
8. A China constrói o Canal da Nicarágua para não depender mais dos EUA e do seu canal do Panamá.
9. Os governos de esquerda na América Latina se expandem e apresentam crescimento econômico importante como acontece com a Bolívia.
10. Um novo constitucionalismo plurinacional, plural, diverso e radicalmente democrático surge e cresce no Equador e na Bolívia.
11. A esquerda cresce na Europa com o insucesso das políticas neoliberais, o desemprego e o desespero crescentes.

12. A presença brasileira e chinesa na África cresce e temos vários contratos com Sudão, Líbia (o país que tinha o melhor IDH da África antes das invasão e destruição por parte da OTAN).

Esses são apenas alguns fatos que nos permitem formular uma pergunta: compreendendo o antigo jogo imperial por espaços e poder e a lógica concorrencial do capitalismo global, seria possível imaginar que os Estados Unidos (poderes privados e públicos diversos) e a União Europeia apenas assistiram aos movimentos dos BRICS e na América Latina sem reação? Qual a proporção dessa reação? Podemos identificar algumas, entre várias respostas na guerra ideológica, psicológica e econômica em curso no mundo:

1. Redução do preço do barril do petróleo a níveis muito baixos, o que inviabiliza, ou ao menos dificulta, países como Venezuela, Equador, Rússia, Brasil e o nosso pré-sal.
2. Guerra econômica e desestabilização política no Brasil, Argentina, Venezuela, Equador, Bolívia, Rússia entre outros.
3. Controle da grande mídia antinacional e guerra ideológica diária em todos os espaços. Reparem que nem em transmissões de futebol a ideologia e a crítica aos governos populares são poupadas.
4. Invasão da Líbia e da Síria. Desestabilização da Ucrânia. Desfazimento dos contratos da Líbia com o Brasil e China, primeiro ato do novo governo da Líbia, apoiado pelos EUA, Inglaterra, França e Espanha.
5. Ideologização e instrumentalização de parte do Judiciário, Ministério Público e Polícia Federal com ações seletivas.
6. Encobrimento ideológico de ações políticas de desestabilização por meio de um falso discurso neutro da luta contra a corrupção.

Em meio a tudo isso, um grupo de pessoas, perdidas em meio à guerra ideológica, são levadas às ruas contra o Brasil e os nossos interesses, empurrados pela desinformação generalizada, a confusão e o ódio de classe, incentivado permanentemente. Triste, perigoso e interessante é a contaminação das Polícias que, vindo do povo, se volta contra este e contra o país. Interessante como que brasileiros, que se dizem patriotas, pedem a intervenção militar contra o Brasil (?!). Estudar, compreender o que se passa é possível e necessário. As Forças Armadas têm a função

constitucional de preservar a soberania. Jamais poderiam intervir para destruir a soberania como querem alguns poucos desinformados. Estamos sob ataque estrangeiro: a guerra é ideológica e econômica, e o grande inimigo é a desinformação. A solução: mais democracia, participação, informação e mobilização, urgente.

DEMOCRACIA *VERSUS* CONSTITUIÇÃO

O constitucionalismo moderno não nasceu democrático e o seu processo de transformação, e lenta democratização, ocorreu por força dos movimentos sociais do século XIX, especialmente o movimento operário, os sindicatos e partidos políticos vinculados às reivindicações e lutas operárias.

A função primeira de uma constituição liberal era oferecer segurança aos homens proprietários, e essa segurança era conquistada pela pretensão de permanência e superioridade da constituição, o que geraria estabilidade social e econômica para o desenvolvimento dos negócios dos homens proprietários.

Ao contrário da constituição, democracia significa transformação, mudança e, logo, risco. Uma pergunta é necessário ser respondida neste momento: porque democracia significa transformação, mudança?

A dicotomia entre segurança e risco, estabilidade e mudança, é uma dicotomia ocidental, que se encontra na raiz de nossas vidas (ocidentais). Ao contrário de uma perspectiva contraditória cultural entre busca do novo (risco) e busca de segurança, a transformação é, talvez, inerente a toda a forma de vida conhecida. Todo o universo de vida que conhecemos está em permanente processo de transformação. O próprio universo está em processo de expansão e transformação permanente. O ser humano, como ser histórico, contextualizado, é um ser em processo de transformação permanente, independentemente de sua vontade. Entretanto temos outra característica essencial. Somos seres históricos, e logo, vítimas e sujeitos da história. Podemos construir nossa vida e nossas sociedades com um grau de autonomia racional razoável. Do ponto de vista psicológico, o que nos faz viver, o que nos coloca em pé todos os dias é a perspectiva de transformação, a busca do novo. Logo, uma sociedade livre e democrática

– onde os destinos dessa sociedade sejam fruto da vontade das pessoas que integram essa mesma sociedade – será uma sociedade em permanente processo de transformação. A sociedade democrática é uma sociedade de risco na medida em que é uma sociedade em mutação permanente.

Temos então a equação do constitucionalismo democrático moderno. A tensão permanente entre democracia e constituição; entre segurança e risco; mudança e permanência; transformação e estabilidade. A busca do equilíbrio entre esses dois elementos, aparentemente contraditórios, é uma busca constante. Democracia constitucional passa a ser construída sobre essa dicotomia: transformação com segurança; risco minimamente previsível; mudança com permanência.

Importante lembrar que essa teoria, essa tensão entre democracia e constituição, se constrói sobre conceitos específicos: constituição como busca de segurança e, portanto, como limite às mudanças. O papel da constituição moderna é reagir às mudanças não permitidas. Já, a democracia, é entendida como democracia majoritária e representativa.

A base da teoria da constituição moderna se fundamenta sobre esta dicotomia: a constituição deve oferecer segurança nas transformações decorrentes do sistema democrático. Como é oferecida essa segurança?

Para que a Constituição tenha permanência foram criados mecanismos de atualização do texto constitucional: reforma do texto por meio de emendas e revisões. As emendas constitucionais, significando mudança pontual do texto, podem ser aditivas, modificativas ou supressivas. A revisão implica em uma mudança geral do texto. As duas formas de atualização do texto devem ter, sempre, limites, que podem ser materiais (determinadas matérias que não pode ser reformadas em determinado sentido); temporais; circunstanciais (momentos em que a constituição não pode ser reformada como durante o estado de defesa ou intervenção federal); processuais (mecanismos processuais relativos ao processo de discussão e votação que dificultam a alteração do texto). Dessa forma, a teoria da constituição moderna, procurou equilibrar a segurança com a mudança necessária para que a constituição acompanhe as transformações ocorridas pela democracia representativa majoritária. É justamente essa possibilidade de mudança constitucional com dificuldade (limites) que permite maior permanência da constituição e, portanto,

maior estabilidade do sistema jurídico constitucional. A constituição não pode mudar tanto que acabe com a segurança, nem mudar nada o que acaba com sua pretensão de permanência. Daí que não pode a teoria da constituição, admitir que as mudanças formais, por meio de reformas (emenda ou revisão), sejam tão amplas que resultem em uma nova constituição. Isto representaria destruir a essência da constituição: a busca de segurança. De outro lado, a não atualização do texto por meio de reforma, ou ainda, a não transformação da constituição por meio das mutações interpretativas (interpretações e reinterpretações do texto diante do caso concreto inserido no contexto histórico), pode significar a morte prematura da constituição, destruindo a sua pretensão de permanência e, logo, afetando sua essência, a busca de segurança.

Esse é o equilíbrio essencial do constitucionalismo moderno democrático, considerando democracia, enquanto representativa e majoritária, e constituição, enquanto limite e garantia de um núcleo duro imutável, contramajoritário, que protege os direitos fundamentais das maiorias provisórias. É a partir dessa lógica que se podem compreender as teorias modernas da constituição.

Permanece ainda uma questão fundamental: como a constituição não pode mudar tanto que comprometa a segurança e, de outra forma, não pode impedir as mudanças (se se pretende democrática), de forma que comprometa sua permanência, haverá sempre uma defasagem entre as transformações da sociedade democrática e as transformações da constituição democrática. O que decorre dessa equação é o fato inevitável (dentro deste paradigma) de que a sociedade democrática mudará sempre mais e mais rápido do que a constituição é capaz de acompanhar. E isso não pode ser mudado pois comprometeria a essência da constituição e da democracia (permanência x transformação; segurança x risco). Assim, inevitavelmente chegará o momento em que a sociedade mudará mais do que a constituição foi capaz de acompanhar. Nesse momento a constituição se tornará ultrapassada, superada: é o momento de ruptura. A teoria da constituição apresenta uma solução para esses problemas: o poder constituinte originário, soberano, ilimitado do ponto de vista jurídico (e obviamente limitado no que se refere à realidade social, cultural, histórica, econômica).

Esse é o momento de ruptura. Entretanto, dentro de uma lógica democrática constitucional essa ruptura só será legitima se radicalmente democrática. Só por meio de um movimento inequivocamente democrático será possível (ou justificável) a ruptura. Além disso, se só uma razão e ação democrática justifica a ruptura com a constituição, essa ruptura só será legitima se for para, imediatamente, estabelecer uma nova ordem constitucional democrática.

Assim a democracia só poderá legitimamente superar a constituição se for para, imediatamente, elaborar e votar uma nova constituição democrática. A democracia acaba com a constituição criando uma nova constituição, à qual essa democracia se submete. Essa é a lógica histórica do constitucionalismo democrático moderno. Estudamos em outros textos a necessidade de superação da democracia representativa majoritária, em crise em todo o mundo, com a criação de outros processos democráticos, como a democracia consensual plurinacional não hegemônica.

O "casamento" entre constituição e democracia significa, na prática, que existem limites, expressos ou não, às mudanças democráticas. Em outras palavras, existem assuntos, princípios, temas que não poderão ser deliberados. Há um limite à vontade da maioria. Existe um núcleo duro, permanente, intocável por qualquer maioria. A lógica que sustenta esses mecanismos se sustenta na necessidade de proteger a minoria, e cada um, contra maiorias que podem se tornar autoritárias, ou que podem desconsiderar os direitos de minorias (que poderão se transformar em maiorias). Assim, o constitucionalismo significa mudança com limites, transformação com segurança. Esses limites se tornaram os direitos fundamentais. O núcleo duro de qualquer constituição democrática (moderna, democrática representativa e majoritária) são os direitos fundamentais, ou seja, os direitos individuais, sociais, econômicos, culturais e políticos, indissociáveis porque interdependentes. Os direitos sociais, como direito fundamental interdependente dos individuais, também são intocáveis por força do artigo 60, parágrafo 4.

Os direitos fundamentais construídos historicamente, são protegidos pela constituição contra maiorias provisórias que em determinados momentos históricos podem ceder às tentações autoritárias. Uma pergunta comum seria a seguinte: pode a população, majoritariamente e

livremente, escolher um regime de governo não democrático? O exemplo não é pouco comum, mas geralmente é mal trabalhado. Muitas vezes a escolha de sistemas que não correspondem ao padrão ocidental de democracia é vista como uma escolha não legítima uma vez que nega a democracia. Entretanto, o conceito de democracia é diverso e as formas de organização históricas, assim como as formas de participação e construção da vontade comum em uma sociedade também, o que confere uma maior complexidade a esse debate, na maioria das vezes, travado a partir de uma pretensa e falsa universalidade dos conceitos ocidentais.

Mas voltando à discussão realizada dentro do paradigma moderno de democracia constitucional ocidental (europeia), a resposta para a pergunta acima, a partir da compreensão da democracia constitucional, é que não pode a maioria decidir democraticamente contra a democracia. A esses mecanismos de proteção às conquistas históricas de direitos chamamos de mecanismos constitucionais contramajoritários. Em momentos de crise podem os cidadãos cederem às tentações autoritárias e reacionárias e a função da constituição é reagir a essas mudanças não permitidas.

A MÁQUINA PROCESSADORA DE FALSA LEGITIMIDADE OU A MÁQUINA NORMALIZADORA

Um problema que vivemos nas nossas instituições, que cedem ou participam ativamente do golpe de estado em curso no Brasil em 2016, é que essas instituições, mais do que nunca, se tornaram máquinas processadoras de falsas legitimidades, processando vontades construídas em outros espaços não democráticos, ou previamente programadas na construção do próprio sistema (a própria máquina). Isso ocorre de forma acentuada, hoje, no Legislativo, no Judiciário e no Ministério Público. Uma exceção possível, pela característica unipessoal – e, logo, forma de eleição – tem sido o Poder Executivo, em alguns países, incluindo o Brasil nos últimos anos. Ao contrário do Poder Judiciário, exercido por muitos juízes concursados, que passam por faculdades de Direito ideologicamente conservadoras, e aprovados em concursos com formatos e examinadores também ideologicamente conservadores; ou o Legislativo, com a presença de famílias que dominam a política local, algumas

vezes há mais de duzentos anos, com um financiamento privado caro e jogo de influências difusos; o Executivo tem sido o poder que ainda permite alguma mudança, alguma possibilidade de chegada ao poder de propostas populares, com políticas que permitem a democratização e a inclusão de um maior número de pessoas na vida social, política e econômica, como ocorreu na América Latina, em alguns países, nos últimos dezoito anos. Ao contrário do que a ideologia conservadora, dominante, afirma, os governos populares e democráticos, que foram apontados de forma ideológica, como populistas, personalistas e autoritários, são os que promoveram maior inserção social, possibilidade de organização e participação popular e melhoria econômica das pessoas. O chamado "hiperpresidencialismo" decorre da impossibilidade das máquinas do Legislativo e do Judiciário funcionarem a favor da inclusão e dos interesses populares. Por isso a desestabilização dos governos populares, fundamentadas em discursos ideológicos que encobrem as transformações sociais e econômicas que os governos, alguns com o apoio do Legislativo e outros não, promoveram no Brasil, Venezuela, Equador, Bolívia, Uruguai e Argentina. De formas distintas, nesses Estados, os poderes executivos promoveram importantes mudanças na estrutura constitucional em direção a uma maior democratização, como ocorreu especialmente na Bolívia, no Equador e na Venezuela. No Brasil, o Judiciário e o Legislativo permaneceram à margem das mudanças que o Executivo conseguiu promover nas políticas sociais. O incremento nas políticas de reconhecimento da diversidade foi extremamente importante para a democratização de nossa sociedade, políticas estas que conhecem um enorme e rápido retrocesso no governo interino e ilegítimo de Michel Temer.

Quanto aos poderes Legislativo e Judiciário, assistimos a uma demonstração aberta da tentativa de processamento de falsas legitimidades institucionais, incluindo a participação ativa no processo de desestabilização e golpe contra o Executivo eleito, o governo da Presidenta Dilma Rousseff.

Um filme de Werner Herzog pode nos ajudar a compreender como o poder judiciário moderno, inserido na lógica das democracias majoritárias liberais do Estado constitucional moderno, funciona como uma

máquina processadora de legitimação de fatos, ou, em outras palavras, como uma situação de opressão e exclusão pode ser "legitimada", formalmente, por uma decisão judicial.

No filme **Onde sonham as formigas verdes**, um grupo de habitantes originários (aborígenes) pertencente a um grupo étnico que habitava a terra que os invasores europeus passaram a chamar de Austrália, tem suas terras ameaçadas por uma companhia que pretende explorar o subsolo para extração de minerais. A formula já foi mencionada: o invasor (que se julga superior) impõe o seu direito, sua economia, sua espiritualidade, a sua percepção da vida e do mundo ao militarmente subordinado, que resiste e insiste na manutenção de sua cultura, de sua diferença (embora conviva com processos de destruição, violência e assimilação).

Para quem vê o conflito que se instaura, sem a percepção de que ele ocorre em uma situação de hegemonia e logo de imposição de uma cultura sobre outra, a postura da empresa parece legal e ética. Um representante da empresa é escolhido para negociar com os habitantes originários (um grupo originário específico) que habitava aquelas terras. Nessas terras habitavam também formigas verdes, integrantes de um sistema natural que revela o comportamento de toda a natureza como um sistema integral do qual somos parte. A percepção "moderna" hegemônica europeia se fundamenta na percepção de um "indivíduo" que não integra a natureza e que percebe esta enquanto recurso natural que deve ser explorado para a satisfação das necessidades e desejos desse indivíduo racional e superior a todo o resto. O direito e todo o aparelho estatal da Austrália, onde se passa o filme, é construído a partir da percepção de mundo do invasor e, entre os invasores, dos proprietários; e entre os proprietários, dos grandes proprietários. A lógica dual, binária e hegemônica, se reproduz em diversas escalas: o invasor europeu sobre o selvagem aborígene; o proprietário sobre o trabalhador e assim por diante, chegando até a família. O direito moderno reproduz em todas as instâncias a lógica do "nós x eles".

O representante da empresa acompanhado de um advogado tenta um acordo (fundado no direito do invasor) logicamente sem sucesso, pois ignora a cultura e a espiritualidade do invadido. Com toda a educação, simpatia e correção, a empresa leva a questão ao Judiciário,

que obviamente, só poderia decidir a favor da empresa, pois o direito utilizado para "solução" do conflito é o direito de uma parte, e não um direito construído consensualmente por todas as partes envolvidas. Nesse filme assistimos esse Judiciário como uma máquina processadora de legitimidade: quem venceria o processo já estava previamente estabelecido antes deste ser instaurado, mas a existência do processo, dos depoimentos, das provas, do recurso, funcionou como um elemento de "legitimação" para se tomar e explorar as terras dos aborígenes, que tiveram sua oportunidade formal de se defender no processo, fazendo provas e argumentando, e agora devem se subordinar ao Estado, que disse o direito. Trata-se de um processo "pseudo legitimador" que extingue "culpas" e destrói o outro sem solução de conflitos, mas com a imposição permanente de um direito de um sobre os outros.

Talvez possamos trazer este caso para nossa realidade quotidiana, nos diversos conflitos de terra, por moradia, entre outros. A pergunta permanece: quem faz o direito? Quem diz o que é direito? Logo, quem vencerá a ação?

ALTERNATIVAS

Quais são as alternativas postas, até o momento, pela resistência ao golpe e pelos golpistas (declarados e não declarados)?

Alguns movimentos sociais e partidos políticos de esquerda têm defendido eleições gerais já. Outros defendem eleições presidenciais apenas, enquanto parte importante dos movimentos que estão nas ruas defenderam o retorno de Dilma como o primeiro passo para voltar à normalidade institucional rejeitando o golpe. Finalmente, alguns setores apontam para uma Constituinte originária ou então exclusiva, soberana e temática, ou seja, para realizar a reforma política apenas.

Vamos analisar essas hipóteses acima. Essa é uma discussão séria que apresenta diversas armadilhas contra as pessoas em luta pela democracia e contra os direitos sociais e o controle sobre as riquezas do Brasil. Vejamos.

Partimos de algumas premissas, que já analisamos anteriormente, e bastante discutidas entre nós: estamos vivendo um golpe de estado que

usa as instituições contra elas mesmas e, esse golpe, se insere em um contexto regional e global de destruição das organizações internacionais que promoviam um desenvolvimento soberano da América Latina, como CELAC e UNASUL, e globais, como os BRICS que desafiam os interesses de grandes empresas transnacionais e, logo, de grupos poderosos de interesses nos EUA e Europa. O *impeachment* sem a caracterização do crime de responsabilidade, somado a uma apuração e perseguição seletiva de políticos e empresários visa destruir o Partido dos Trabalhadores e inviabilizar a eleição de Lula em 2018. Embora os governos do PT não tenham sido socialistas, a inserção de milhões de pessoas no mercado de consumo e a expansão da educação superior incomodou muito as elites tradicionais conservadoras; e o crescimento brasileiro trilhando um rumo de soberania na política internacional se tornou insuportável para fortes interesses transnacionais e norte-americanos.

Isso posto, passemos à análise das alternativas. Compreendendo o processo de *impeachment* como golpe, qualquer solução, que não fosse o retorno da presidenta Dilma, seria compactuar com a continuidade do golpe. Logo, a primeira solução deveria ser a luta contra o governo ilegítimo de Temer e o retorno da presidenta. Assim, teríamos evitado o golpe, mas não resolvido o problema. Para que a presidenta tivesse alguma chance de continuar governando, após o seu retorno, as pessoas, os diversos movimentos sociais e de resistência não poderiam deixar as ruas, mas ao contrário, intensificar a presença nas ruas. Para isso, o governo Dilma, despois de reassumir, teria que mudar radicalmente suas políticas, escolhendo o lado do povo e aprofundando as reformas e garantias sociais. Isso poderia nos levar a uma eleição vitoriosa da esquerda em 2018, abrindo caminho para uma constituinte originária popular. Hipótese difícil, quase utópica diriam alguns, principalmente pela insistência do PT em compor com a direita e a enorme dificuldade de governar com esse Congresso de péssima qualidade, com raríssimas exceções.

As hipóteses de eleições, presidenciais ou gerais, seriam desastrosas neste momento. Seguindo a lógica do que ocorreu em Honduras e Paraguai, golpes de novo formato, tubos de ensaio para o golpe brasileiro, as eleições presidenciais seriam uma forma de "legitimar", de "limpar a cena do crime". Fazendo eleições "democráticas", não existiria mais

motivo para falar em golpe, e este seria enterrado. Ou seja, o golpe saiu vitorioso. Não tenhamos ilusões quanto às eleições neste momento, com as mesmas regras. Na hipótese de eleições presidenciais, o novo presidente, mesmo que fosse de esquerda, teria que governar com este Congresso, e com os movimentos de resistência desmobilizados. Entretanto, ainda assim seria difícil emplacar um presidente de esquerda. A mídia continua a mesma, as regras eleitorais são as mesmas, e personagens envolvidos com o golpe e que atuam nas instituições, não pensariam duas vezes para prender o ex-presidente Lula ou torná-lo inelegível.

Na hipótese de eleições gerais, o estrago seria ainda maior, pois as regras são as mesmas, a mídia é a mesma, e uma maioria democrática no Congresso, mesmo que de centro-esquerda, é improvável. Portanto, eleito um governo de direita com maioria em um parlamento de direita, a destruição do país e dos direitos sociais seria avassaladora, pior do que a que está ocorrendo agora pois seria "legitimada" pelo voto.

Finalmente, a hipótese de convocação de uma Constituinte soberana, temática ou geral. Acreditamos que a melhor hipótese seria o retorno de Dilma, criando espaço para uma constituinte geral, com ampla mobilização social. Mas na hipótese de não retorno, temos, o que acreditamos ser, o único caminho que sobra no momento atual: mobilização crescente para criar uma situação histórica de Assembleia Popular Constituinte. Como seria isso?

Uma Constituinte originária e soberana, na Teoria da Constituição moderna, é uma ruptura com a ordem existente. Essa ruptura só é legítima se democrática. Existem rupturas não democráticas que geraram Constituições não legítimas, como são exemplos as Constituições de 1824, 1937, 1967 e 1969 (chamada de emenda n.1).

O poder constituinte, por motivos óbvios, é uma ruptura com a ordem existente, logo será sempre ilegal e inconstitucional perante a ordem existente. Por esse motivo só poderá ocorrer quando inequivocamente democrático. A hipótese de ruptura ocorrerá quando a Democracia (popular) rompe com a Constituição para imediatamente construir outra Constituição. Esse poder deve ser exclusivo e democrático, ou seja, uma assembleia que represente todos – mulheres e homens –, escolhida exclusivamente para fazer a nova Constituição e depois se dissolver, com a

imediata convocação de eleições gerais. Esse poder constituinte deve ser também originário ou soberano, ou, em outras palavras, não subordinado a nenhuma outra vontade ou poder externo ou interno que não seja o poder popular e sem limites na ordem jurídica com a qual está rompendo.

Recentemente uma tese nova, aceita por grande parte dos constitucionalistas brasileiros e estrangeiros que se manifestaram sobre o tema, levantou a possibilidade de uma Assembleia soberana, popular democrática, exclusiva e temática. O que significa isso? Que além de democrática e sem limites na ordem vigente, eleita exclusivamente para fazer a mudança, seja temática, ou seja, apenas para fazer uma reforma política.

Essa tese foi levantada pela presidenta Dilma, durante as manifestações de 2013, e defendida por diversos movimentos sociais e juristas. Acreditamos, entretanto, que se conseguirmos uma ampla mobilização democrática em torno da construção de um outro sistema, podemos enfrentar uma Constituinte ampla. Entretanto, uma Constituinte originária, soberana, exclusiva e radicalmente democrática, só será possível com uma enorme participação popular. Caso contrário não será legítima, pois não será democrática e, logo, poderá representar um enorme retrocesso para o país, maior ainda do que o que estamos vivendo. É importante medir os riscos, mas não perder a coragem.

Nesp.indb 244 13/12/2017 16:41:23

SOBRE OS AUTORES

Nesp.indb 246 13/12/2017 16:41:23

ADRIANA MARIA BRANDÃO PENZIM
Membro do Grupo Gestor do Nesp, é psicóloga, mestre em Ciências Sociais e doutora em Psicologia Social. Professora da PUC Minas, foi co-autora do projeto de criação do Nesp, tendo sido responsável por sua implantação.

CLAUDEMIR FRANCISCO ALVES
Membro do Grupo Gestor do Nesp, é filósofo, mestre e doutor em Estudos Literários pela UFMG. Professor da PUC Minas.

EULÁLIA ALVARENGA
Economista (PUC Minas), especialista em Direito Tributário e em Gestão Pública. Auditora fiscal de tributos do Município de Belo Horizonte (aposentada). Militante de movimentos sociais. Diretora da Associação dos Economistas de Minas Gerais (ASSEMG). Foi conselheira no Conselho Regional de Economia de Minas Gerais e presidiu o Sindicato dos Economistas de Minas Gerais (2008/2009).

HELCIMARA TELLES
Doutora em Ciência Política pela USP e professora do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFMG e diretora da Regional Sudeste da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP).

JOÃO CARLOS LINO
Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor da PUC Minas, da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) e do Instituto Santo Tomás de Aquino (ISTA).

JOÃO PAULO CUNHA
Jornalista, colunista do jornal Brasil de Fato, da Rádio Inconfidência e da Rede Minas. Foi editor de cultura do jornal Estado de Minas e presidente do BDMG Cultural.

JOSÉ LUIZ QUADROS DE MAGALHÃES
Mestre e doutor em Direito Constitucional pela UFMG.

KÁTIA GERAB BAGGIO

Doutora em História Social e pós-doutora em História pela USP. Professora do Departamento de História na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, onde coordena o grupo de pesquisa América Latina: Intelectuais, Política e Cultura (séculos XIX a XXI) e participa do projeto Brasiliana: Escritos e Leituras da Nação.

LEA GUIMARÃES SOUKI

Doutora em Sociologia Política pela Universidade de Brasília (UnB). Professora titular no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais na PUC Minas, atuando principalmente nas áreas da teoria política, da política comparada, da cidadania e metrópole.

MÁRCIO ANTÔNIO DE PAIVA

Padre, mestre e doutor em Filosofia pela Pontificia Università Gregoriana. Professor da PUC Minas.

MARIA LUIZA COSTA MAGALHÃES

Mestra e doutora em Direito Processual pela PUC Minas.

MAURÍCIO ABDALLA

É professor do departamento de Filosofia da UFES, membro da Rede Nacional de Assessores do Centro de Fé e Política Dom Helder Câmara (CEFEP/CNBB) e do Projeto Novos Paradigmas de Desenvolvimento (Abong/Iser assessoria).

OTÁVIO SOARES DULCI

É graduado em Ciências Sociais, mestre em Ciência Política pela UFMG e doutor em Ciência Política pelo IUPERJ. Atualmente é professor visitante no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC Minas. Desenvolve pesquisas nas áreas de Sociologia e Ciência Política, com ênfase em Sociologia do Desenvolvimento e Política Comparada.

ROBSON SÁVIO REIS SOUZA

É licenciado em Filosofia e doutor em Ciências Sociais. É professor da PUC Minas, onde coordena o Núcleo de Estudos Sociopolíticos (Nesp). É membro do Conselho Estadual de Direitos Humanos de Minas Gerais; coordenador da Comissão da Verdade em Minas Gerais e associado pleno do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

RUDÁ RICCI

Sociólogo, mestre em Ciência Política e doutor em Ciências Sociais. Diretor geral do Instituto Cultiva.